



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVIDADE
NO BRASIL DOS ANOS 90:
IMPACTOS SOBRE O EMPREGO

Marcelo Prado Ferrari Manzano

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
Economia Social e do Trabalho, sob a
orientação do Prof. Dr. Jorge Eduardo
Levi Mattoso.

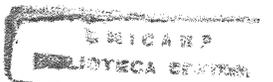
*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Marcelo Prado
Ferrari Manzano em 21/02/2000 e
orientada pelo Prof. Dr. Jorge Eduardo
Levi Mattoso.*

CPG, 21/02/2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. Levi Mattoso", written over a horizontal line.

Campinas, 2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



4596200

UNIDADE... 02
N.º CHAMADA:
T/ UNICAMP
M319L
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 46559
PROC. 16-392/01
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 11/10/01
N.º CPD _____

CM00160103-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

M319L Manzano, Marcelo Prado Ferrari
Liberalização econômica e produtividade no Brasil dos anos
90: impactos sobre o emprego/ Marcelo Prado Ferrari Manzano. --
Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Jorge Eduardo Levi Mattoso
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-
nas. Instituto de Economia.

1. Mercado de trabalho – Brasil – 1990-1999. 2. Brasil – Polí-
tica econômica – 1990-1999. 3. Produtividade do trabalho – Bra-
sil – 1990-1999. I. Mattoso, Jorge Eduardo Livi. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

*novas telhas
à primeira chuva
a nova goteira*

Paulo Leminsky

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

À Maria Clara, companheira querida

A meus filhos Pedro e Tomás

Ao mano Lucas

MEUS AGRADECIMENTOS

Ao Professor Jorge Mattoso, pela orientação cuidadosa e pelo incentivo.

Aos professores João Manuel Cardoso de Mello, Jorge Tapia, José Carlos Braga, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paulo Baltar e Sônia Draibe, que com inestimável talento e rica visão de mundo muito ajudaram em minha formação.

Ao professor Carlos Pacheco, pelo apoio e aprendizado na pesquisa que originou esta dissertação.

Ao CNPq que no âmbito do "Projeto de pesquisa e formação Técnica DIEESE/CESIT" financiou a pesquisa na qual se iniciou este trabalho.

A todo o pessoal do 'Estado Social de Bem Estar': Adriana, Alessandro, André, Cláudio, Débora, Edí, Elcilene, Erick, Márcia, Nanda, Reginaldo, Rinaldo, Rosimary e Valéria. Aquele abraço.

Aos companheiros de incontáveis 'módulos': Andréia, Ana Paula, Anselmo, Marco Antônio, Paulinho e Proni, que entre tantas e boas contribuíram com amizade e apoio.

A Ana Neri, Licério, Conceição, Daniel e Zé, pelo apoio.

A todos os companheiros do 'Santa Fé', pela luta e bom humor. Um abraço especial para Neiva, pela grande ajuda.

A meus pais Rosa Maria e Nivaldo, meus manos Elisa e Luís, pela amizade, apoio e pela retidão de seus caracteres.

Ao professor e amigo Carlos Alonso por tantos anos de conversas que foram decisivas na trilha dos estudos de economia.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
 CAPÍTULO I	
CENÁRIO INTERNACIONAL: DA PRODUÇÃO ÀS FINANÇAS	
1.1. INTRODUÇÃO	7
1.2. GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA	12
1.3. O PARADOXO DA PRODUTIVIDADE	23
 CAPÍTULO II	
DESENVOLVENDO A DEPENDÊNCIA	
2.1. INTRODUÇÃO	33
2.2. O PROGRAMA LIBERAL	41
2.3. POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS ANOS 90	47
 CAPÍTULO III	
PRODUTIVIDADE NO BRASIL	
3.1. O DEBATE METODOLÓGICO	57
3.2. PRODUTIVIDADE COMO RELAÇÃO ENTRE VALOR ADICIONADO E PESSOAL OCUPADO	64
3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
 CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGRESSÃO ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	77
CONCLUSÕES	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral examinar as possíveis relações entre o processo de liberalização econômica, a evolução da produtividade do trabalho e o avanço do desemprego no Brasil na última década.

Desde 1990, com a consolidação de uma hegemonia política orientada pelo liberalismo econômico, tem-se implementado no país um modelo de desenvolvimento fundado na abertura comercial e financeira, na reforma do Estado e na desregulamentação dos mercados em geral e do mercado de trabalho em particular.

Como nesta concepção a produtividade é considerada a 'mola mestra' do desenvolvimento, assistiu-se no período recente um intenso debate em torno da evolução da produtividade na década de noventa. Sua real dimensão, seus determinantes e suas eventuais implicações econômicas e sociais são, contudo, questões ainda em aberto.

Para os adeptos do denominado modelo de 'inserção externa', os incrementos da produtividade nos anos noventa ratificariam o êxito das políticas liberais e o acelerado crescimento do desemprego observado seria apenas uma consequência circunstancial do processo de ajuste e de especialização por que passa a economia. Para um outro conjunto de analistas, no entanto, os aumentos de produtividade poderiam estar exprimindo o amadurecimento de um padrão produtivo estruturalmente desfavorável ao trabalho e, portanto, o desemprego decorreria da modernização tecnológica e organizacional que reduziriam de modo acelerado o uso do fator trabalho no processo produtivo.

Nossa hipótese é de que não existem por hora elementos suficientes que confirmem a relação positiva entre a liberalização econômica e a evolução da produtividade, nem que a atual dimensão do desemprego decorra apenas de uma suposta modernização da economia brasileira expressa pelas taxas de produtividade.

Nesse sentido, nosso objetivo específico é demonstrar, primeiro, que não houve um salto quantitativo da produtividade após o 'choque de concorrência' a que foi exposto o setor produtivo nacional, em especial o setor industrial, que justifique identificar um padrão produtivo qualitativamente superior ao anterior e, segundo, que o fenômeno do desemprego nos anos noventa é antes fruto do medíocre crescimento econômico, e da crescente desregulamentação do mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, a modernização tecnológica ora em curso não é, por si, fator explicativo da profunda desarticulação do mundo do trabalho que caracteriza este final de século. O crescimento relativamente baixo das taxas de produtividade do trabalho, bem como a disfuncionalidade de um padrão de acumulação marcado por um alto conteúdo tecnológico e um baixo crescimento econômico, só podem ser compreendidos quando se leva em conta o papel crucial das finanças no capitalismo contemporâneo e a forma subordinada da inserção brasileira. A radical transformação que se processa nas estratégias de valorização e reprodução do capital a partir do desmonte das estruturas reguladoras do sistema de *Bretton Woods* devem estar no cerne deste debate.

Portanto, próximos das abordagens da escola da regulação francesa, consideramos as atuais transformações da economia mundial como derivadas das transformações que se processam nas instituições e nas ideologias nos diferentes momentos do capitalismo (e aqui estamos pensando principalmente na comparação entre os dois últimos quartos deste século), que são, em última instância, os condicionantes de padrões de acumulação mais ou menos virtuosos.

Deste ponto de vista, as especificidades do capitalismo globalizado de hoje não podem ser creditadas unicamente ao *state of the arts* da ciência e da tecnologia. A relação técnica entre capital e trabalho, objetivada pela tecnologia disponível a cada momento, é antes a expressão da legitimidade política de diferentes estratégias de acumulação do capital. Assim, na medida em que no capitalismo atual os ganhos de produtividade são apropriados crescentemente de forma

privada e se ampliam as esferas não-produtivas de valorização da riqueza, a reflexão sobre os determinantes do desemprego contemporâneo não deve estar restrita à natureza das tecnologias que emergem com a 'terceira revolução industrial'.

A partir deste prisma, apresentamos no primeiro capítulo um breve panorama de como a globalização financeira afeta a histórica relação entre progresso técnico e emprego. Apesar de aparentemente simples, quando permeada pelas especificidades de cada momento da história esta relação ganha dimensões bem mais complexas, o que torna sua análise muito mais difícil. Ainda neste primeiro capítulo, apresentamos a polêmica que tem suscitado no debate internacional a questão do baixo crescimento da produtividade num período especialmente marcado por grandes inovações tecnológicas (o chamado 'paradoxo da produtividade'). Por fim, este capítulo inclui também uma breve discussão sobre a relação entre baixo crescimento e desemprego nos países avançados, bem como sobre a tendência de ampliação da rentabilidade do capital num contexto de acirramento da concorrência intercapitalista.

Depois de apontar para os traços gerais do cenário internacional, desenvolvemos no segundo capítulo uma análise de como aquelas transformações internacionais se relacionam com o desenvolvimento recente da economia brasileira. A partir de uma introdução em que se delineiam as principais características da nossa industrialização, buscamos reconstruir a trajetória do movimento de liberalização

que acompanha a nova estratégia de desenvolvimento dos anos noventa no Brasil, denominada 'inserção externa'.

Em face da importância dada à questão da produtividade pelo pensamento liberal, apresentamos no terceiro capítulo a polêmica que se travou desde meados dos anos noventa em torno da dimensão real da produtividade do trabalho no Brasil. A precariedade das bases estatísticas utilizadas para auferir a produtividade, ao mesmo tempo que estimulou o debate metodológico, contribuiu para ampliar ainda mais as divergências entre os especialistas.

A partir das novas bases de dados disponibilizadas recentemente pelo Sistema de Contas Nacionais/IBGE, contudo, as deficiências dos indicadores foram em parte minoradas e tornou-se possível empreender novas investigações sobre a trajetória da produtividade do trabalho desde 1990. É o que nos propomos a realizar nas seções subseqüentes deste terceiro capítulo. Com base nos novos dados de valor adicionado e de pessoal ocupado, demonstramos que a produtividade geral da economia cresceu lentamente ao longo da década e que seu componente principal, a produtividade da indústria, permanece em seu nível histórico, crescendo em média 4,1% ao ano. A fim de melhor analisar o impacto da abertura comercial sobre o desempenho da indústria nacional, elaboramos ainda um indicador de produtividade para um grupo específico de indústrias, menos protegidas da concorrência externa. Para este grupo identificamos uma taxa de produtividade média significativamente menor (2,2% ao ano).

Confirmando nossa hipótese inicial, concluímos que não só a abertura da economia não tem se traduzido em incrementos significativos da produtividade, como o denominado 'custo-emprego' deste modelo de desenvolvimento não pode ser atribuído unicamente a uma suposta introdução de novos padrões produtivos no país. A inserção subordinada da economia nacional aos desígnios das 'finanças de mercado', na medida em que favorece as restrições ao crescimento da economia, parece ser a principal causa do avanço do desemprego nos últimos anos. O modelo de desenvolvimento adotado nesta década não logrou um crescimento capaz de resolver os graves problemas econômicos herdados do passado. Ao contrário, o crescimento econômico extraordinariamente baixo na década de noventa tem piorado os indicadores sociais e tem comprometido seriamente nossa estrutura produtiva, crescentemente dependente da demanda externa e da entrada líquida de capitais estrangeiros.

CAPÍTULO I

CENÁRIO INTERNACIONAL: DA PRODUÇÃO ÀS FINANÇAS

1.1 Introdução

Desde o início dos anos oitenta, assiste-se o que se convencionou chamar de 'Terceira Revolução Industrial', uma nova onda de inovações tecnológicas que aos olhos de todos está transformando profundamente o capitalismo contemporâneo. Afora a pertinência ou não do emprego do termo revolução, ou o debate sobre se esta é realmente industrial ou simplesmente tecnológica, é fato que tanto a produção capitalista quanto nossas vidas cotidianas foram profundamente afetadas pela introdução de um conjunto de inovações tecnológicas, localizadas principalmente nos campos da telemática, da mecatrônica e da biotecnologia.

A outra face bastante visível e analisada desta nova etapa do desenvolvimento capitalista é o chamado desemprego estrutural, que, mais do que em qualquer outro período da história, apresenta-se como um dos maiores desafios para o futuro. Em termos estritamente econômicos, especula-se que a partir de agora estaríamos presenciando uma redução acelerada da elasticidade emprego-

produto; o crescimento da produção estaria perdendo a capacidade de gerar empregos na quantidade suficiente para, ao menos, manter o desemprego em patamares toleráveis (ponto que será retomado na seção seguinte).

Contudo, talvez pela própria nitidez com que estas duas faces do capitalismo contemporâneo se explicitam, a nós, leigos ou especialistas, nos é bastante atraente a idéia de que existe uma determinação direta entre as transformações decorrentes do progresso técnico-científico e a tendência da produção capitalista de prescindir do trabalho, ou pelo menos reduzi-lo a níveis mínimos. De fato, desde Ricardo e Marx¹ esta tendência vem sendo apontada como inexorável e constituinte da dinâmica da acumulação capitalista. Parece evidente que a busca incessante do capitalista pela introdução de inovações produtivas é motivada pela concorrência entre os capitais e pela possibilidade de ampliação dos lucros através da redução dos custos de produção, principalmente da redução do custo de mão-de-obra. Conseqüentemente, o saldo final deste processo será - ao menos em termos microeconômicos - uma menor utilização do fator trabalho no processo produtivo.

É preciso notar, porém, que o reconhecimento desta característica é insuficiente para entendermos as diferentes dinâmicas da produção capitalista ao longo de

¹ Cf. Ricardo (1982) em *Princípios da Economia Política e Tributação*, particularmente no cap. XXXI: "Sobre a Maquinaria" e Marx (1985) em *O Capital*, particularmente no Livro I, Cap. XIII: "Maquinaria e Grande Indústria" e Cap. XXIII: "A Lei Geral da Acumulação Capitalista".

sua história. Basta recordar a ainda recente experiência virtuosa dos países avançados ao longo dos 'trinta anos gloriosos' (1945-1973), quando uma onda de inovações tecnológicas herdadas dos tempos de guerra possibilitou incrementos de produtividade excepcionais. Graças a uma dada institucionalidade social e política e às elevadas e estáveis taxas de crescimento econômico que marcaram aquele período, estes ganhos de produtividade foram acompanhados de altos índices de emprego, de elevação dos salários reais e de redução do tempo de trabalho².

A nosso ver, portanto, o tratamento do problema do desemprego deve se iniciar por aquilo que é crucial na dinâmica capitalista: a necessidade do capitalista valorizar incessantemente o seu capital, isto é, de buscar sempre o lucro. O que orienta o capitalista são as oportunidades de aplicação de seu capital, e este será o seu estímulo vital. Se assim é, não será apenas pelo fato de uma dada tecnologia ser mais avançada que o capitalista irá empregá-la no seu processo produtivo. Para que a tecnologia disponível seja incorporada à produção é imprescindível que confira à dinâmica capitalista capacidade ampliada de reprodução do capital, seja porque esta é mais lucrativa que a tecnologia empregada no momento anterior, seja porque se trata de uma nova tecnologia que

² Segundo Mattoso (1994: 523) "pela primeira vez, o capitalismo nos países avançados combinou crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com ampliação e diversificação da intervenção estatal, economia internacionalizada e administração da demanda agregada, descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente centralizada, elevação da produtividade e distribuição de renda".

garante vantagens de monopólio ou a exploração de novos mercados e novos produtos. O não-cumprimento deste quesito condena a tecnologia à marginalização em relação ao processo produtivo (é o caso, por exemplo, da tecnologia desenvolvida no Brasil para o carro movido à álcool, que, após a queda do preço do petróleo - em meados dos anos oitenta - tornou-se inviável economicamente, mesmo que do ponto de vista do desenvolvimento sustentado seja mais adequada, já que emprega uma fonte renovável de energia).

Além disso, conforme alerta Labini, (1993), se o progresso científico e, mais ainda, a inovação tecnológica são variáveis dependentes de estímulos econômicos (tais como possibilidade de ampliação das margens de lucros, crescimento dos mercados consumidores ou surgimento de novos produtos) ou político-institucionais (universidades, governos, exércitos, etc.), o problema do chamado desemprego tecnológico passa antes pela análise do desenho econômico e institucional reservado à valorização do capital.

Deste ponto de vista, a variável crítica no que se refere ao *modus operandi* do capitalista será a condição de rentabilidade determinada pela institucionalidade econômica e social de cada momento histórico. A velocidade e a intensidade de incorporação das novas tecnologias serão determinadas fundamentalmente pela 'eficiência marginal do capital' estimada, socialmente definida não só através das formas de regulação dos mercados de bens e de trabalho, mas principalmente, nos dias de hoje, pela concorrência relativa dos mercados financeiros. Em outras

palavras, os determinantes dos custos de oportunidade tendem a extrapolar crescentemente os limites da acumulação produtiva.

Vale lembrar, por exemplo, que o comportamento inovador do capitalista varia significativamente em função do estímulo econômico que o orienta: em um período de crescimento da demanda, o ímpeto inovador se dará provavelmente no sentido de ampliar a capacidade produtiva, através de investimentos em novas máquinas e equipamentos, e de manter - ou até aumentar - o número de empregados. Já em um período de contração da atividade ou forte concorrência, as inovações deverão ser defensivas, com baixas taxas de investimentos e redução do nível de emprego. Nos dois cenários, as tecnologias disponíveis poderão ser as mesmas, porém sua utilização - e, principalmente, seus efeitos - serão distintos. Dito de outro modo, incrementos de produtividade podem ser induzidos por diferentes motivações e serão estas, associadas à base técnica e a um determinado desenho institucional, que levarão a um desenvolvimento mais ou menos virtuoso, com maior ou menor nível de emprego.

Em face do objetivo mais geral desta dissertação - examinar as possíveis relações entre o processo de liberalização comercial, a evolução da produtividade do trabalho e o avanço do desemprego no Brasil - entendemos ser desejável investigar com maior profundidade quais seriam os estímulos econômicos que impulsionaram a reestruturação produtiva em curso desde a abertura comercial promovida pelo governo de Fernando Collor de Mello e aprofundada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para tanto, dada a histórica dependência das economias latino-americanas em relação à dinâmica econômica dos países avançados, faz-se necessário abordar primeiro as substantivas transformações que têm se desenvolvido atualmente no centro do capitalismo, isto é, o processo de 'financeirização da riqueza'³, que, desde o início dos anos setenta, vem se sobrepondo à acumulação produtiva do capital.

1.2 – Globalização financeira e modernização produtiva

Com o fim dos 'trinta anos gloriosos', têm-se assistido – em escala mundial - uma reorganização do capital rumo a novas estratégias de valorização, em um cenário bastante diferente daquele vigente até início dos anos setenta.

Os determinantes desta nova etapa, seus efeitos e suas características, são certamente um dos campos mais polêmicos do debate econômico atual. Entretanto, apesar da proximidade histórica destas transformações, alguns autores de filiação heterodoxa têm convergido suas interpretações no sentido de definir a 'globalização' como uma etapa do desenvolvimento capitalista em que a

³ Segundo Braga (1993: 26) a financeirização "é expressão geral das formas contemporâneas de *definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo*. (...) todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais (...) têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza".

esfera financeira estaria subvertendo as formas tradicionais de acumulação capitalista (Chesnais, 1996, 1999a, 1999b; Guttman, 1996; Braga, 1997; Belluzzo, 1997, 1999; Tavares e Melin, 1997).

Com o propósito de reconduzir o dólar ao papel de moeda-reserva das finanças internacionais, a ação unilateral do *Federal Reserve* dos EUA de elevar suas taxas de juros, em outubro de 1979, marca o que Tavares (1997) chamou de "a retomada da hegemonia norte-americana", e que está no cerne do intenso processo de internacionalização do capital que caracteriza os últimos vinte anos.

Desde então, a partir da

interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico da progressiva liberalização financeira e no plano internacional da crescente mobilidade de capitais (Cameiro, 1999: 2)

temos assistido o desenvolvimento de um capitalismo em que o predomínio de formas de valorização fictícia da riqueza promovem profundas transformações nas esferas da produção. Antes de representar uma disfuncionalidade do sistema, a "hipertrofia financeira" (Chesnais, 1996: 243-248) que caracteriza o capitalismo contemporâneo estaria respondendo precisamente às próprias necessidades de auto-reprodução do capital.

Como apontado por Belluzzo (1999: 115):

Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa

existir permanentemente de forma 'livre' e líquida e, ao mesmo tempo, crescentemente centralizada.

Sob a égide de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, os ajustes processados na órbita da produção (novas tecnologias, flexibilização do trabalho, terceirização, baixo investimento, etc.) compõem as estratégias dos grandes oligopólios mundiais movidos mais pela necessidade de "preservarem suas posições adquiridas, do que pela vontade de criar novas capacidades" (Chesnais, 1999b: 253). Sujeitos à inédita mobilidade de capitais, os grandes conglomerados, ao mesmo tempo em que engordam seus lucros em operações não-produtivas, promovem um intenso processo de fusões e incorporações de empresas.

O movimento de centralização do capital produtivo em escala mundial suscita duas consequências importantes: surtos intensos de reorganização e redução de custos, com efeitos negativos sobre o emprego, e a redução do volume de ações no mercado, ensejando ondas de 'inflação de ativos' (Belluzzo, 1996: 10).

Neste novo cenário, estes grupos têm conseguido ampliar suas margens de lucro de maneira sustentável ao longo das últimas duas décadas, a despeito da ampliação da concorrência em escala mundial e do prolongado declínio da produção industrial.

De fato, como demonstram Woodall (1996) e Baker e Schmitt (1999), as empresas de capital privado dos países avançados têm ampliado substancialmente sua lucratividade no período recente. Observando-se a trajetória da curva referente à participação dos lucros das empresas não-financeiras na renda total dos EUA

(Figura I), nota-se com clareza que esta cresce acentuada e continuamente a partir dos primeiros anos da década de oitenta⁴.

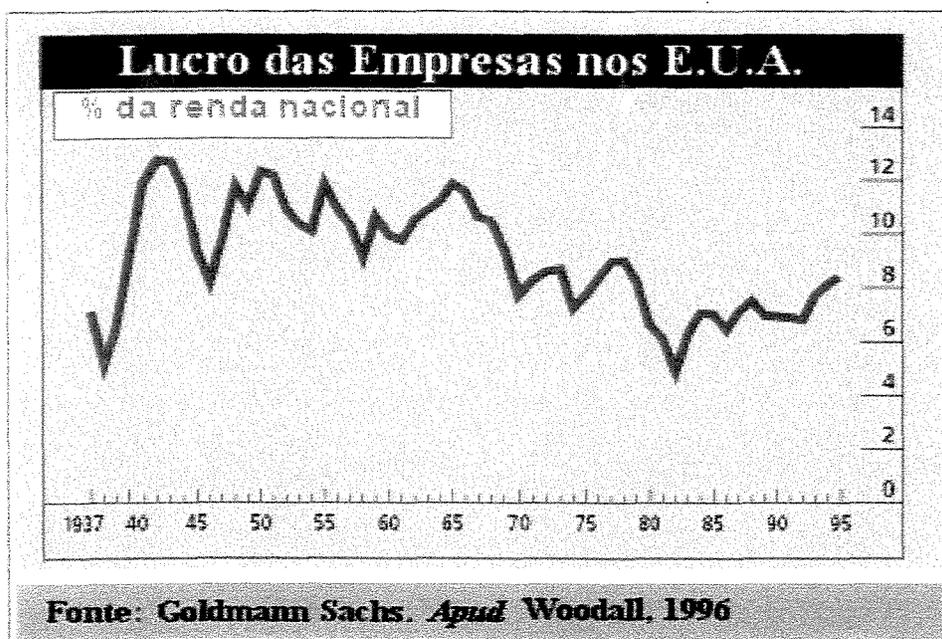


FIGURA 01
Evolução do Lucro das Empresas não-financeiras
Como Proporção da Renda Nacional dos EUA

Apontando para o mesmo fenômeno, os números da Tabela I revelam que também na maioria dos países da OCDE a parcela da renda nacional que corresponde à remuneração do capital vem crescendo desde o início dos anos

⁴ É interessante notar que, segundo o estudo apresentado por Woodall (1996), esta ampliação da rentabilidade do capital produtivo se deve fundamentalmente a uma alteração de preços relativos na economia norte-americana. A progressiva redução da participação dos salários na renda nacional - em favor dos lucros - seria uma decorrência da elevação dos preços dos bens

oitenta⁵. Mesmo países como Alemanha, França e Itália, reconhecidos modelos do 'Estado de Bem Estar', apresentam um crescimento significativo da participação da remuneração do capital no total da renda (37,2%; 31,4% e 17,2%, respectivamente)⁶.

TABELA I

Participação da Remuneração do Capital na Renda Nacional

Países da OCDE

(em %)

Países	Anos Selecionados	1º Ano	2º Ano	1997	Varição No Período
EUA	1979, 1990	32,8	33,8	34,2	4,3
Japão	1979, 1991	30,4	34,1	31,6	4,0
Alemanha	1980, 1992	28,5	34,5	39,1	37,2
França	1982, 1992	31,2	40,2	41,0	31,4
Itália	1980, 1991	35,4	36,1	41,5	17,2
Reino Unido	1979, 1989	31,3	29,4	31,3	0,00
Canada	1981, 1989	33,1	32,3	27,1	-18,1
Austrália	1981, 1989	33,0	38,9	37,6	13,9
Áustria	1992	-	37,4	42,8	14,4
Bélgica	1980, 1992	28,7	35,3	37,7	31,4
Dinamarca	1991	-	34,8	35,8	2,9
Finlândia	1980, 1989	30,4	29,9	34,5	13,5
Irlanda	1982, 1990	21,6	30,4	35,5	64,4
Holanda	1992	-	38,6	40,4	4,7
Nova Zelândia	1988	-	38,3	40,9	6,8
Noruega	1980, 1987	27,6	26,8	31,4	13,8
Portugal	1982, 1992	35,5	33,6	35,4	-0,3
Espanha	1980, 1991	30,8	37,9	39,5	28,3
Suécia	1980, 1990	26,4	27,4	32,3	22,4
Suíça	1981, 1990	40,6	33,4	30,0	-26,1

Fonte: Schmitt e Mishel (1998), *apud* Baker e Schmitt (1999: 19).

Nota: os valores para 1997 são projeções da OCDE realizadas em dezembro de 1997.

de consumo dos assalariados frente a uma redução relativa dos preços dos bens de capital.

⁵ Exceção feita a Canadá, Portugal e Suíça

⁶ Cabe lembrar que as diferentes formas de medir a renda dos conta-próprias e dos autônomos inviabiliza a comparação dos níveis de participação entre os vários países.

Apesar de aparentemente paradoxal, este aumento da participação da renda capitalista em um contexto de ampliação da concorrência e baixo crescimento econômico pode ser melhor compreendido quando analisado a partir das transformações promovidas pelos processos de financeirização e de desregulação. Em primeiro lugar, a contração da economia internacional a partir de 1979, combinada ao avanço da ortodoxia econômica em vários países, levou a uma significativa redução do nível de emprego e, conseqüentemente, à queda da participação da massa salarial na renda total⁷. Em segundo lugar, a fim de compensar o baixo crescimento e o aumento da concorrência intercapitalista, os capitais pressionam no sentido da redução dos custos salariais, i.e., da desregulação do mercado de trabalho. Desta forma, apesar dos baixos níveis de investimento, verifica-se que as taxas de rentabilidade do capital têm crescido no período recente⁸.

Além disso, neste novo contexto, o capital produtivo não tem mais como referencial de rentabilidade e de concorrência apenas a esfera produtiva. Agora, mais do que nas etapas anteriores do capitalismo, os parâmetros de rentabilidade das grandes corporações são definidos fora da órbita da produção e da circulação das mercadorias; são os prêmios pagos pela posse de ativos financeiros que

⁷ Sobre este movimento de redução da massa salarial como conseqüência da queda do nível de emprego, veja-se Nikonoff (2000).

⁸ De acordo com Serfati (1999: 174-175), em análise circunscrita às empresas francesas, a "taxa de lucro de exploração" (poupança + dividendos + impostos sobre faturamento) cresceu de

passam a determinar, de forma crescente, o que é aceitável ou não em termos de taxa de retorno do capital⁹.

Para estas corporações, não vale mais, em termos significativos, a máxima de que "investir é emitir dívidas e abrir mão da liquidez"! Esta passa a ser uma verdade parcial. Trata-se, como imposição da própria concorrência e administração de riscos, de construir finanças que não apenas impliquem uma adequada estrutura de dívida, de passivos (para imobilizar capital) mas ao mesmo tempo construir uma adequada posição credora/ativa para ter mobilidade, flexibilidade, agilidade inovativa, velocidade de captação de oportunidades lucrativas nos vários mercados nacionais, produtivos e financeiros (Braga, 1997: 216).

Não por acaso,

(...) o poder dentro da empresa está com os gerentes dos fundos de investimentos, que são considerados como representantes dos acionistas. Esta redistribuição de poder se faz em detrimento dos executivos (a tecnoestrutura). A empresa deve ser gerenciada segundo critérios puramente financeiros: estes devem satisfazer os objetivos de curto prazo dos organismos de gestão coletiva da poupança (Plihon, 1996: 111).

Ou como observou Chesnais (1996: 277)

(...) as instituições financeiras (em particular os fundos de pensão) (...) buscam rendimentos financeiros que sejam, ao mesmo tempo, elevados e com liquidez a curto prazo. Colocam-se exclusivamente numa lógica de investimentos de carteira. Seus critérios são os do capital monetário mais parasitário, cujas exigências fazem recair com força sobre as companhias industriais, arbitrando, *de facto*, os conflitos internos nas diretorias, em favor dos 'financeiros'.

8,8% para 14,9% entre os anos de 1985 e 1995.

⁹ Nas palavras de Serfati (1999: 176): "é essencialmente sob a forma de ativos de rendimento que [os grupos industriais] são considerados, sendo que as instituições financeiras que neles intervêm tendem a aplicar a norma de rendimento - incluindo as mais-valias quando da revenda - dos capitais investidos nos grupos".

Este vertiginoso crescimento da órbita financeira enquanto espaço de referência para a valorização do capital (financeiro e produtivo) é fruto dos processos de desregulamentação, descompartimentação e desintermediação ocorridos a partir do colapso do sistema de *Bretton Woods* (Belluzzo, 1996: 11). Alimentada pelo aumento dos déficits públicos nos anos oitenta¹⁰, esta radical liberalização financeira pode ser considerada a causa mais profunda dos processos de racionalização produtiva.

De fato, como observado por Dedecca (1996: 58), a racionalização produtiva que se difunde ao longo dos anos oitenta e início dos noventa:

estava voltada para a obtenção de maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho, visando a máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos impostos pela instabilidade e mutação dos mercados.

Assim, antes de estar refletindo um processo autônomo de transformações tecnológicas, a modernização produtiva - ou 'modernização conservadora', como denominada por Tavares (1996) - que acompanhou a globalização está fortemente associada a um panorama de crescente incerteza e instabilidade construído a partir do avanço dos mercados financeiros nos anos oitenta.

¹⁰ Sobre a relação entre déficits públicos e globalização financeira veja Plihon (1996) e Braga (1997).

Sob riscos crescentes, reduzida previsibilidade, elevados custos financeiros (juros reais elevados), taxas de câmbio flexíveis e voláteis, entre outros, o capital produtivo tornou-se muito mais seletivo. E, como pré-requisito para a aplicação produtiva, passa então a exigir condições de rentabilidade que só são possíveis com o desmonte das instituições do Estado de Bem Estar do pós-guerra (Mattoso, 1996).

A fim de seguir em sua rota de acumulação e constante reprodução do capital, o capitalismo contemporâneo, estruturado hierarquicamente a partir do poderio do sistema financeiro norte-americano (Chesnais, 1999a), impõe às demais nações os lemas da flexibilização, da liberalização, da privatização e da desregulamentação¹¹. Sob a alegação de que as novas tecnologias e as modernas formas de gestão da produção demandam uma nova institucionalidade, o capital acaba fomentando o processo de liberalização econômica, intensificando a chamada 'concorrência desregulada' que, por sua vez, tende a amplificar os riscos e as incertezas do cálculo econômico, exigindo taxas de retorno cada vez maiores.

As consequências deste circuito perverso são, por um lado, a intensificação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, expressas principalmente pela desestruturação do mundo do trabalho, com a precarização do emprego e a

¹¹ Segundo Tavares e Melin (1997: 74): "é de se destacar, igualmente, que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em

ampliação brutal de parcelas das populações economicamente ativas sem qualquer ocupação (Mattoso, 1995: 55-120). Por outro lado, a nova divisão internacional do trabalho que se esboça, fortemente hierarquizada e assimétrica, parece penalizar severamente os países em vias de desenvolvimento, que, com reduzidas estruturas financeiras e industriais, vêm perdendo vantagem competitiva e de crescimento para as potências centrais, em especial para os Estados Unidos (Chesnais, 1999a; Tavares e Melin, 1997).

Cabe notar ainda que, com o crescente endividamento público ocorrido principalmente a partir da elevação das taxas de juros norte-americanos nos primeiros anos da década de oitenta, os Estados nacionais (exceto a potência hegemônica), constrangidos pelos mercados financeiros, vêm-se obrigados a se alinhar aos preceitos do liberalismo, sob pena de interrupção dos fluxos de capitais e conseqüente insolvência. Com a redução do escopo das políticas públicas e sem a presença do Estado como gerador autônomo de demanda agregada, o problema do emprego e da exclusão social tende a se agravar ainda mais (Plihon, 1996). Sob este ponto de vista, portanto, o colapso das finanças públicas a partir dos anos oitenta afeta a demanda por trabalho em dois sentidos: primeiro porque o endividamento público, ao servir de lastro aos ativos financeiros, estimula a migração de capitais produtivos para a esfera financeira e termina reduzindo os níveis de atividade econômica; e segundo, porque o constrangimento

reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros."

financeiro dos Estados impõe limites ao uso de políticas anti-cíclicas e compensatórias, que seriam recomendáveis em um quadro de demanda deprimida como o atual.

Em suma, como observado até aqui, no capitalismo contemporâneo assiste-se a coexistência de dois processos que, apesar de aparentemente contraditórios, parecem bastante funcionais ao movimento geral de acumulação do capital¹². Ao mesmo tempo em que o potencial tecnológico confere à acumulação produtiva inéditas possibilidades de valorização e reprodução, o enorme avanço da dimensão financeira desloca o foco da acumulação da órbita da produção para a das finanças. Impulsionados pelo regime de 'concorrência desregulada', estes dois processos - de modernização produtiva e de financeirização - interagem entre si, consolidando um padrão de acumulação em que as novas tecnologias são empregadas na produção com o objetivo de desvencilhar o capital da inversão produtiva, liberando-o para a valorização financeira.

Neste ambiente, dado o caráter defensivo do investimento produtivo, observa-se uma tendência de progressiva queda das taxas de produtividade dos países centrais. A seção seguinte busca relacionar esta queda com outras tendências que marcam o desenvolvimento econômico nos últimos vinte anos.

¹² Cf. Braga (1993: 45).

1.3 – O Paradoxo da produtividade

Em meio a esta profunda transformação que se processa no cerne do capitalismo, afloram no campo analítico explicações que buscam dar conta dos novos desafios colocados pelas contradições internas desta nova etapa. É no bojo deste movimento que emerge o que ficou conhecido na literatura especializada como o 'paradoxo de Solow'.

Apontado originalmente pelo economista e ganhador do prêmio Nobel de economia Robert Solow (Solow, 1987), este paradoxo refere-se ao fato de que o potencial transformador das novas tecnologias surgidas com a 'terceira revolução industrial' não tem levado a aumentos da produtividade significativos. Ao contrário do que se poderia esperar, apesar da generalização da informática ou das novas tecnologias da comunicação, os indicadores de produtividade do trabalho do período recente são inferiores aos observados nos anos dourados do pós-guerra, quando o amadurecimento de tecnologias gestadas ainda na 'segunda revolução industrial' elevaram a produtividade na maioria das economias.

Como indicado na Tabela II, nos últimos vinte anos a produtividade do trabalho nas economias centrais tem crescido, em média, à modesta taxa de 0,9% ao ano, acompanhada de uma taxa de crescimento anual do produto (PIB) de 2,6% e com um crescimento do emprego de apenas 1,0% - resultados muito aquém dos

observados no período de auge dos anos dourados (1960-1973), quando a produtividade daqueles mesmos países crescia a uma taxa média anual de 3,7%, enquanto o emprego e o PIB cresciam a 2,2% e 5,4% respectivamente.

TABELA II

Crescimento do Emprego, Produtividade e PIB

Taxas Médias Anuais – União Européia e EUA

(em %)

Períodos	Emprego	Produtividade ²	PIB
1960-73	2,2	3,7	5,4
1980-99 ¹	1,0	0,9	2,6

Fonte: OCDE *Economic Outlook*, apud Mattoso (1999: 28).

(1) Dados estimados e projetados para 1998-1999.

(2) Referente ao período 1979-1997.

Este desempenho medíocre da produtividade do trabalho no período recente frente a um intenso processo de inovações tecnológicas tem suscitado uma vasta gama de estudos que, por caminhos diversos, tentam responder ao desafio levantado inicialmente por Robert Solow. De um modo geral, estes trabalhos podem ser reunidos em três grandes linhas de argumentação.

Em uma primeira linha, alguns autores buscaram apontar para uma possível perda de consistência dos índices de produtividade, alegando que estes teriam perdido sensibilidade de medição. Para estes autores, os avanços tecnológicos introduzidos ao longo do processo produtivo, associados a um conjunto de inovações organizacionais, na medida em que ampliam o peso do setor de

serviços na produção total - em detrimento do setor industrial - reduzem sobremaneira a capacidade de aferição dos indicadores de produtividade¹³. Isto ocorreria tanto porque o processo de incorporação de valor agregado nos serviços seria mais fluído e menos tangível, quanto porque este setor de atividade apresentaria taxas de produtividade estruturalmente mais baixas do que as verificadas na indústria¹⁴ (OCDE, 1996; Robin, 1994; Gadrey, 1996).

Em uma segunda linha de argumentação, alguns autores, inspirados pela escola 'evolucionista', entendem que o mencionado paradoxo decorreria do fato de estarmos presenciando um hiato temporal entre um intenso processo de incorporação de tecnologia e a sua maturação na órbita da produção. Segundo esta visão, decorreria algum tempo para que as novas técnicas produtivas se articulassem de forma coerente e sistêmica, a partir de quando poderíamos verificar seus reflexos em termos de aumento da produtividade. Nesse meio tempo, dada a forma caótica e incerta em que se processam os movimentos de difusão tecnológica, a produtividade se manteria em níveis aquém dos esperados (Lucas, 1988; Romer, 1990).

¹³ Segundo estudos da OCDE (1996), contudo, os problemas na medição da produtividade explicam muito pouco da tendência de queda das taxas de produtividade.

¹⁴ Cabe notar, entretanto, que as taxas de produtividade do trabalho da indústria também apresentam queda no período recente (Vivarelli, 1997).

Já para um terceiro grupo de autores, próximo das escolas marxista e regulacionista, as baixas taxas de produtividade verificadas nos países avançados estariam refletindo a emergência de uma etapa pós-industrial do capitalismo, em que a virtuosidade da relação salarial fordista¹⁵ teria deixado de existir (Appelbaum e Schettkat, 1994). Na ausência das instituições que regulavam as economias nos 'anos dourados' e sob os efeitos da hipertrofia financeira que marca os dias de hoje, estaríamos presenciando uma crise de sub-consumo, em que o baixo dinamismo da demanda global seria, em última instância, a principal causa do reduzido crescimento econômico e, conseqüentemente, do fraco desempenho das taxas de produtividade (Petit, 1995).

De qualquer maneira, independentemente da controvérsia em torno do paradoxo da produtividade, o que nos é relevante no bojo desta dissertação é o fato de que, frente às taxas de produtividade relativamente baixas verificadas nos países avançados, não é possível derivar mecanicamente o problema do desemprego das inovações surgidas com a 'terceira revolução industrial'¹⁶. Mesmo que estas inovações ainda venham a amadurecer, ou que o conceito de produtividade do trabalho tenha de fato perdido sentido, a amplitude do desemprego

¹⁵ Em que parte dos incrementos da produtividade eram apropriados pelos trabalhadores, por meio da redução do tempo de trabalho, de aumentos reais de salários, ou de benefícios sociais mediados pelo Estado via tributação sobre o capital.

¹⁶ Ainda que em alguns segmentos da produção industrial ou do setor de serviços seja possível observar correlações positivas entre as taxas de crescimento da produtividade e de desemprego, em nível macroeconômico a correlação não se sustenta.

contemporâneo nos obriga a refletir para além da análise estrita da relação entre tecnologia e emprego (capital/trabalho). Neste sentido, as transformações que se processam nas formas de acumulação do capital, na medida em que comprometem o crescimento económico sustentado, estão na base do problema do desemprego.

Como demonstram Baker e Schmitt (1999), a generalização de políticas fiscais e monetárias contracionistas em um ambiente de ampliação dos fluxos de comércio internacional (maior participação das exportações no PIB) parece ser a causa principal de elevação do desemprego nas economias avançadas. Mais dependentes do crescimento da demanda externa e orientadas por políticas voltadas para o controle rígido da inflação e dos déficits públicos, a maioria dos países da OCDE (exceção feita aos Estados Unidos¹⁷) não tem conseguido crescer a taxas suficientes para incorporar ao mercado de trabalho o conjunto da população economicamente ativa.

Na Tabela III, estão apresentadas as estimativas elaboradas por Baker e Schmitt (1999) a fim de avaliar a relação entre as taxas de crescimento do produto (interno e externo) e o nível de emprego. Partindo de dados obtidos por meio de regressões estatísticas, os autores estimaram o impacto sobre as taxas de

¹⁷ Para uma análise das especificidades da prosperidade da economia norte-americana e de sua fragilidade financeira revelada por crescentes déficits no seu balanço de pagamentos veja Blecker (1999).

desemprego causado por um período sem crescimento do PIB - separando o crescimento do país em questão do crescimento dos principais países de destino de suas exportações (colunas 2 e 3, respectivamente). Com base nestes números, ponderados pela participação das exportações no PIB de cada país, os autores projetaram então as taxas de "Crescimento Total Necessário para a Manutenção do Emprego" (coluna 5), que permite verificar o crescimento interno e externo necessários para evitar um aumento das taxas de desemprego.

Comparando-se os números apontados por este indicador de 'necessidade de crescimento' às taxas médias de crescimento do PIB dos países avançados, é possível concluir que o aumento do desemprego nestas economias está fortemente relacionado às suas reduzidas taxas de crescimento do produto. De fato, o crescimento médio anual das economias da OCDE para as duas últimas décadas - 2,6% ao ano (veja Tabela II) - é inferior à taxa de crescimento necessário à manutenção do emprego (Tabela III) de muitos países (entre os quais destacam-se Japão, Alemanha, França e Itália)¹⁸.

¹⁸ A comparação entre as taxas de 'crescimento necessário' e as taxas de crescimento do PIB é possível dado que a maior parte do comércio internacional é realizado entre as próprias economias desenvolvidas.

TABELA III
Relação entre Crescimento e Desemprego
Países da OCDE, 1979/1997

(em %)

Países	Impactos sobre as taxas de Desemprego		Participação das Exportações no PIB	Crescimento Total Necessário para a Manutenção do Emprego*
	Δ PIB = 0%	Δ PIB Externo = 0%		
Austrália	2,2	0,3	0,156	3,3
Áustria	0,4	0,1	0,354	4,1
Bélgica	1,0	0,7	0,641	1,9
Canada	1,3	0,3	0,254	2,5
Dinamarca	1,1	0,4	0,318	2,2
Finlândia	2,0	0,5	0,275	3,1
França	1,4	0,3	0,206	2,8
Alemanha	1,2	0,3	0,269	2,8
Irlanda	1,8	0,9	0,499	5,0
Itália	0,7	0,2	0,209	4,0
Japão	0,4	0,1	0,123	3,8
Holanda	1,1	0,6	0,527	2,2
Noruega	1,3	0,6	0,427	3,4
Portugal	0,9	0,3	0,284	2,5
Espanha	3,0	0,5	0,167	3,1
Suécia	1,4	0,4	0,301	2,3
Suíça	0,5	0,2	0,350	2,5
Reino Unido	1,3	0,4	0,261	2,3
EUA	1,2	0,1	0,080	2,4

Fonte: Baker e Schmitt (1999: 22)

(*) Indica o crescimento da produção doméstica e estrangeira (5 principais países de destino das exportações) necessário para manter constante o nível de emprego.

Por sua vez, a análise dos dados referentes ao impacto provocado por uma estagnação do PIB (Δ PIB = 0%) sobre as taxas de desemprego reforça o argumento de que o ritmo do crescimento econômico é determinante do nível de emprego. Assim, dado que a elasticidade emprego-produto (que mede a sensibilidade do nível de emprego frente a variações no nível de produto) tem

aumentado no período recente¹⁹, mesmo quando comparado com os 'anos dourados', não cabe o argumento de que, sob este novo padrão tecnológico, o crescimento econômico já não seria capaz de absorver o conjunto da força de trabalho. Pelo contrário, o drama desta nova etapa do desenvolvimento capitalista é que a despeito de uma estrutura técnica capaz de gerar novos postos de trabalho, a persistência de taxas de crescimento medíocres, sob forte desregulação e intensificação da concorrência intercapitalista, vem solapando o desenvolvimento econômico, em prejuízo do emprego e dos salários.

Como procurou-se demonstrar, a relação entre inovação e emprego (expressa em termos de produtividade) não é linear e nem pode ser deduzida fora do contexto histórico que a define. Considerando-se que mesmo nos países avançados - geradores e maiores usuários das inovações tecnológicas - o fenômeno do desemprego em larga escala guarda reduzida relação com a recente modernização produtiva, certamente para uma economia como a brasileira há ainda menores razões para se estabelecer uma causalidade nestes moldes.

¹⁹ Segundo Boltho e Glyn (1995: 512), mesmo no período 1982-93 - quando o desemprego cresceu significativamente nos países da OCDE - continuou sendo possível identificar estatisticamente correlações positivas entre crescimento do PIB e emprego. Para cada ponto percentual de aumento da taxa de crescimento do PIB haveria uma melhora correlativa do nível de emprego. Corroborando este argumento, Padolino e Vivarelli (1997) observam também que, apesar de a elasticidade emprego-produto ser negativa para o setor industrial, para o conjunto da economia, mantiveram-se positivas ao longo do período 1980-94.

Neste sentido, a fim de que se possa compreender melhor as mudanças produtivas ocorridas no Brasil nesta década de liberalismo, o capítulo que segue busca contextualizar o processo de inserção da economia nacional no novo cenário que se estabelece a partir do movimento de globalização financeira, apresentando antes uma sucinta descrição do processo de industrialização iniciado a partir dos anos trinta.

CAPÍTULO II

DESENVOLVENDO A DEPENDÊNCIA

2.1 – Introdução

À margem do que Fiori (1999: 41) chamou de "núcleo duro e hierarquizado do 'sistema global' " – bloco composto pelos Estados de industrialização originária ou atrasada – muitos países da periferia capitalista buscaram, ao longo do século XX, desenvolver projetos de industrialização que lhes alçasse à classe das nações desenvolvidas.

O Brasil, em particular, lançou-se a partir do governo de Getúlio Vargas pelo caminho da 'substituição de importações', que visava internalizar de forma acelerada uma estrutura industrial capaz de reproduzir o padrão de acumulação característico das economias centrais. Nos anos cinquenta, já no governo Juscelino Kubicheck, a industrialização avança e, baseado no tripé formado por Estado, empresas nacionais e empresas estrangeiras, implanta-se no país o setor de bens de consumo duráveis. Mais adiante, sob o comando de seguidos governos militares, o virtuosismo aparente deste modelo, alavancado pelo endividamento

externo fácil e barato, permitiu o sonho do 'Brasil potência' que, com o IIº PND, no governo de Ernesto Geisel, anunciava o acerto de passo com o mundo desenvolvido. Ao final dos anos setenta, o Brasil era exemplo de industrialização bem sucedida, com uma estrutura produtiva ampla, diversificada e integrada.

Em 1979, porém, com as transformações no cenário internacional (apresentadas no Capítulo I), a trajetória da industrialização brasileira sofre severa inflexão. Como vimos, a política do dólar forte e a conseqüente elevação das taxas de juros internacionais, promovida pelo governo norte-americano – que visava sanear os seus crescentes desequilíbrios na conta capital do balanço de pagamentos – coloca em cheque as normas que regulavam o mundo capitalista desde '*Bretton Woods*'. Desfeito o ambiente favorável que caracterizou os 'trinta anos gloriosos' e diante do 'choque de juros' e da profunda recessão que atinge a economia internacional no início dos anos oitenta, interrompe-se, abruptamente, o projeto desenvolvimentista do Brasil.

Como sugerem Cardoso de Mello e Fernando Novais, (Mello e Novais, 1998: 9) em uma referência à procissão de milagres de que falava Sérgio Buarque de Holanda em "*Visões do Paraíso*",

Estamos agora percebendo que nossa industrialização também foi um desses milagres: resultou antes de circunstâncias favoráveis para as quais pouco concorreremos, do que de uma ação deliberada da 'vontade coletiva'²⁰.

Ainda segundo estes autores, a razão de mais esta desilusão estaria no fato de que em nossa industrialização

copiamos tudo menos o essencial: as formas de organização capitalista capazes de assegurar um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação (Mello e Novais, 1998: 10).

De fato, é importante lembrar que desde fins dos anos sessenta e início dos setenta, alguns autores já apontavam para estas deficiências e contradições de nosso modelo de industrialização²¹. Celso Furtado, por exemplo, naquilo a que denominou '*a profecia do colapso*', buscava ressaltar o caráter estruturalmente dependente das experiências de industrialização tardia:

(...) uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes modificações qualitativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional (Furtado, 1974a: 25).

E mais adiante, em '*subdesenvolvimento e dependência*' (Furtado, 1974b: 87):

O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior.

²⁰ Embora deva-se considerar que, em vários momentos de nossa industrialização, a 'ação deliberada' de alguns governos tenha contribuído para o relativo êxito de nossa industrialização.

²¹ Veja, entre outros, os trabalhos de Furtado, (1963, 1974a e 1974b) e Tavares (1979).

Em retrospecto, a 'profecia' de Furtado mostrou-se dramaticamente verdadeira. Mesmo que exitoso em termos de progresso econômico, o processo de industrialização da economia brasileira, iniciado a partir dos constrangimentos externos de 1929 e acelerado, principalmente, nos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubicheck, foi marcado por acentuada concentração de renda e elevada desigualdade social. No período 1950-80, apesar da produção industrial ter crescido em média à extraordinária taxa de 8,5% ao ano, com o emprego urbano crescendo à taxa média anual de 5,12%²², as restrições políticas impostas pelo golpe militar de 1964 - associadas ao legado de uma estrutura fundiária altamente concentrada e ao rápido e caótico movimento de urbanização²³ - impediram que se conseguisse reverter o desenvolvimento econômico em melhores condições de vida para o conjunto da população.

Na passagem para os anos oitenta, quando no bojo da redemocratização ensaiavam-se alguns movimentos pela reforma do modelo desenvolvimentista brasileiro²⁴, explode a 'crise da dívida'²⁵. Com o processo de estagflação que se seguiu à crise, impuseram-se então ao país severas restrições ao

²² Cf. Oliveira, (1998a: 10) e Oliveira, (1998b: 117), respectivamente.

²³ Como apontado por Oliveira (1998b: 118) no período 1950/80 migraram para as cidades mais de 35 milhões de brasileiros.

²⁴ Refiro-me em especial aos movimentos sindicais dos metalúrgicos do ABC paulista, nos últimos anos da década de setenta, e também ao movimento derrotado das *Diretas Já* de 1984.

²⁵ A chamada crise da dívida foi provocada pela referida elevação das taxas de juros norte-americanas em 1979, que ao ampliar substancialmente o tamanho da dívida externa brasileira impôs sérios constrangimentos ao crescimento econômico do país. Para uma análise do processo

desenvolvimento econômico. A reconversão da economia nacional no sentido de produzir excedentes exportáveis (i.e., redução do nível de atividade econômica a fim de reduzir as importações e estimular as exportações), associada à fragilização das finanças governamentais e à trajetória ascendente da inflação, na medida em que limitaram o alcance das políticas públicas, levaram a uma perda de dinamismo da indústria nacional e, em última instância, do conjunto da economia²⁶.

No que se refere aos impactos sociais destes anos de crise, ainda que a constituição de 1988 tenha firmado importantes conquistas em termos de direitos sociais e trabalhistas²⁷, o país atravessa a década com uma estrutura social profundamente desigual e um mercado de trabalho crescentemente deteriorado²⁸. Ao final daqueles anos, metade da população urbana ocupada não tinha vínculo formal de emprego (Mattoso e Baltar, 1997).

Como mostra a Tabela IV, a soma das ocupações não-formais correspondia em 1989 a quase metade (49,6%) das ocupações não-agrícolas, sendo que os

de endividamento e suas consequências veja Cruz (1984) e Tavares e Assis (1986: 42-105).

²⁶ Sobre as transformações observadas na estrutura produtiva brasileira ao longo dos anos oitenta veja-se Suzigan (1992). Para uma análise da relação deste processo com as transformações mais gerais da ordem capitalista veja-se Silva e Laplane (1994).

²⁷ Particularmente a universalização do acesso aos serviços de saúde; a ampliação da aposentadoria rural e o fortalecimento do seguro desemprego a partir de sua vinculação com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

²⁸ Para uma análise da questão social e do mercado de trabalho nos anos oitenta veja

assalariados sem vínculo empregatício representavam praticamente um quarto do total de ocupados no país (24,1%).

TABELA IV
Estrutura das oportunidades ocupacionais não-agrícolas.
Brasil - 1989

Categoria Ocupacional	Pessoas Ocupadas (%)*
Assalariados de estabelecimentos	
Com mais de 1.000 empregados	16,3
Com 100 a 1.000 empregados	17,7
Com 5 a 100 empregados	16,4
Total ocupações formais	50,4
Assalariados não-formais	24,1
Trabalhadores por conta própria	19,1
Trabalhadores sem remuneração	2,1
Empregadores	4,3
Total das ocupações não-formais	49,6
Total das ocupações não-agrícolas	100,0

Fonte: PNAD, IBGE (1989) e RAIS, MTb (1989). *Apud* Mattoso e Baltar (1997: 299).

(*) Dados absolutos da PNAD corrigidos em função do crescimento da população entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Além do movimento de informalização que caracteriza este período, o 'ajuste' do mercado de trabalho frente aos anos crise se fez também por meio de sucessivas quedas do salário real. Segundo Pochmann (1995: 206) o salário médio real apresentou uma queda anual de -0,6% no período 1980-85 e de -3,9% no período 1986-90. Esta redução do poder de compra dos salários nos anos oitenta decorre, em grande medida, da relativa impotência dos sindicatos frente a um acelerado

Baltar, Dedecca e Henrique, (1996: 90-100) e Baltar e Henrique (1994).

processo inflacionário e das seguidas políticas oficiais de correção salarial desfavoráveis aos trabalhadores.

Se por um lado os anos de crise revelaram-se especialmente danosos à qualidade do emprego (informalização e arrocho salarial), por outro lado, no que tange aos impactos da crise sobre a quantidade de empregos, não se pode dizer o mesmo. Graças a significativos avanços dos serviços públicos em áreas sociais (principalmente em educação e saúde) e à relativa preservação do parque industrial, as taxas de desemprego aberto observadas em 1989 eram mais baixas que as do início da década. Contudo, embora pelos dados do IBGE (Tabela V) o desemprego no conjunto das regiões metropolitanas tenha caído quase à metade naquele período, os dados do SEADE/DIEESE, restritos à Grande São Paulo, indicam para o ano de 1989 uma taxa desemprego aberto de 6,6% e de desemprego total (aberto + oculto) de 8,8%.

TABELA V

Taxa de desemprego aberto

Conjunto das regiões metropolitanas e por setor de atividade

(em %)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Total	6,50	7,90	6,27	6,70	7,12	5,25	3,59	3,73	3,85	3,35
Indústria	-	-	-	7,26	6,94	5,19	3,59	4,73	4,70	3,90
Serviços	-	-	-	4,81	5,22	3,81	2,80	2,73	2,98	2,57
Comércio	-	-	-	6,56	7,13	5,56	3,88	4,07	4,27	3,80

Fonte: IBGE/Conjuntura Econômica, Jan (2000)

De qualquer modo, a despeito da relativa preservação do nível de emprego, o agravamento da crise inflacionária, associado a crescentes pressões sociais por

mudanças na condução da política econômica do país, acirrou a polarização política na eleição presidencial de 1989 que, com a vitória de Fernando Collor de Mello, consolida uma hegemonia política francamente orientada pelo liberalismo econômico.

Nas palavras de Fiori (1996: 153)

(...) pode-se dizer que de vários pontos do espectro político e intelectual do país, passando pela quase totalidade dos meios de comunicação com peso na formação da opinião pública, consolidou-se o que se poderia chamar de consenso liberal favorável, em princípio, à implementação do programa completo de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado, pelo menos desde a segunda metade dos anos 80, pelos governos dos países credores e pelas principais agências financeiras internacionais públicas e privadas.

Com a posse de Fernando Collor de Mello, em fevereiro de 1990, tem início no Brasil o que Fiori (1999, p. 36) aponta como a "substituição do projeto de construção de uma 'potência emergente' pelo de transformação do país num 'mercado emergente' e que marca o fim da resistência brasileira ao ajuste liberal"²⁹.

A partir de então, as políticas de promoção do desenvolvimento fundam-se nas orientações do que ficou conhecido como o "Consenso de Washington"³⁰, e a adaptação subordinada (ou 'inserção externa') da economia nacional aos

²⁹ Cf. Tavares (1996: 106-116).

³⁰ Conjunto de políticas sugeridas aos países latino-americanos a fim de que superem as suas crises. Entre as principais sugestões estão: direito de propriedade; ajuste fiscal; desregulamentação dos mercados em geral e privatização. É chamado de 'consenso' porque resulta de recomendações convergentes de diferentes membros de dois organismos internacionais

desígnios do mercado global passa a ser a nova estratégia de desenvolvimento econômico³¹. Na seção seguinte, apresentamos os principais pontos da agenda liberal implantada nos anos noventa.

2.2 O Programa liberal

Na concepção liberal de desenvolvimento, o processo de globalização – entendido como a interação de uma tripla revolução (tecnológica, financeira e comercial) e pautado por uma radical liberalização e desregulamentação da economia internacional – ofereceria a todas as nações a possibilidade da 'convergência capitalista', perseguida por tantos economistas desde Adam Smith. As transformações decorrentes dos avanços da telemática, da livre movimentação de capitais e de mercadorias teriam criado uma nova institucionalidade capitalista que, no limite, daria às nações atrasadas a perspectiva de ascender aos padrões de renda, produção e consumo do mundo desenvolvido³².

(FMI e BID) sediados na mesma cidade de Washington. Veja-se a respeito Williamson (1990).

³¹ Cf. Franco (1996).

³² Esta concepção encontra sua fundamentação teórica nas escolas 'evolucionistas' e nas chamadas 'novas teorias do crescimento endógeno', em que as inovações tecnológicas são consideradas o motor fundamental para o desenvolvimento econômico (veja a respeito Oreiro, 1999). Nesta perspectiva, a abertura comercial seria pré-condição para a eliminação do atraso tecnológico decorrente dos processos de industrialização introvertidos que caracterizam as economias latino-americanas (veja a respeito Canuto, 1994).

Para 'convergir', entretanto, os países deveriam estar aptos a entrar na disputa pelos fluxos de capitais que, neste novo cenário, sancionariam com seus aportes as economias que apresentassem solidez em seus 'fundamentos macroeconômicos'³³.

Subjacentes a este corolário estão alguns pressupostos cruciais do enfoque liberal: primeiro, o de que através do livre mercado e de um sistema de preços livre de interferências exógenas, os fatores de produção seriam utilizados com maior eficiência técnica e alocacional³⁴; segundo, o de que os benefícios da nova onda de modernização tecnológica (chave do desenvolvimento) serão tanto maiores quanto mais aberta for a economia; e, terceiro, um pressuposto que decorre dos outros dois, o de que o modelo anterior, com forte intervenção estatal e elevado protecionismo, levaria a uma sub-exploração das possibilidades de crescimento e da internalização do progresso técnico³⁵.

Neste contexto,

³³ O principal indicador desta solidez seria a eliminação dos chamados 'déficits gêmeos' (déficits públicos associados a déficits em conta corrente). Para uma crítica da obsessão liberal com os referidos 'déficits gêmeos' veja Serra (1998).

³⁴ Cf. Moreira (1999a: 317).

³⁵ No entanto, hoje, até mesmo organismos internacionais como a UNCTAD (1999: 1) consideram que "os benefícios previstos para os países em desenvolvimento a partir da 'Rodada Uruguai' mostraram-se exagerados e, como se temia, os movimentos internacionais de capitais tem sido particularmente disruptivo. A pobreza e o desemprego voltam a crescer em países que por muitos anos lutaram para combatê-los. As diferenças de renda e de bem estar entre os países, e no interior de cada país, aumentaram ainda mais."

O foco da ação das políticas se daria na direção da remoção de vários impedimentos microeconômicos à realização do potencial de crescimento oferecido pela mudança tecnológica, mais uma vez associado a 'rigidezes' no funcionamento dos mercados. A base para tais ações de política está na idéia de uma convergência dos padrões de crescimento das economias avançadas . (Erber e Cassiolato, 1997: 33).

De fato, analisando os argumentos de dois dos principais expoentes do pensamento liberal no Brasil – e membros da equipe que elaborou o Plano Real – identificamos com clareza a filiação de suas propostas ao que ficou conhecido no jargão econômico como a '*supply side economics*', isto é, uma visão de que no capitalismo globalizado as restrições ao crescimento decorreriam não de uma escassez de demanda, mas de uma rigidez da oferta. Esta visão contempla ainda a idéia de que seria necessário privilegiar a poupança em detrimento do investimento na determinação do crescimento³⁶.

Assim, partindo da concepção de que o paradigma de desenvolvimento a ser implantado no Brasil deveria basear-se na generalização para todas as esferas da economia (públicas e privadas) da racionalidade microeconômica, as tecnocracias que sobem ao poder na década de noventa buscaram conduzir suas políticas em sentido claramente divergente daquelas que caracterizaram o período desenvolvimentista.

³⁶ Para o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco (Franco, 1999: 397), "as economias emergentes são assim chamadas por disporem de oportunidades de investimento doméstico em volume maior que a poupança doméstica disponível, ou seja, déficit em conta corrente. (...) é absolutamente normal que haja déficit em conta corrente".

Nas palavras de André Lara Resende (Resende, 1996: 1-2),

O aumento da produtividade do trabalho é a chave do crescimento com a simultânea redução da pobreza e da concentração de renda. As grandes obras públicas que pautaram a política econômica até 1990 nos levaram à beira da hiperinflação. O protecionismo substituidor de importações se tomara anacrônico. Ao insistir no modelo esgotado, ficamos à margem do *boom* do comércio internacional das últimas duas décadas. Os investimentos diretos buscaram novos rumos. O ideal autárquico interrompeu o crescimento da produtividade, nos levou à estagnação e, ao contrário do que pretendiam seus defensores, aumentou nossa vulnerabilidade a choques externos.

Marcando também o seu antagonismo com a experiência nacional-desenvolvimentista, Gustavo Franco (Franco, 1996: 40), em ensaio de grande repercussão divulgado em 1996, acrescentava:

no novo modelo que se esboça, onde a mola mestra do processo é o crescimento da produtividade, as ações de governo não são, em si, deflagradoras do processo de desenvolvimento³⁷.

Assumindo a produtividade como o elemento fundamental para a promoção do crescimento, da distribuição de renda e da competitividade do país, Franco (1996, 1999) sugere que somente através da mudança na estrutura de mercado, decorrente do processo de abertura comercial, se produziriam condutas virtuosas que se refletiriam em maior eficiência do conjunto da economia (medida por incrementos da produtividade). Trata-se do argumento de que a nova base para o desenvolvimento resultaria da correlação positiva entre abertura comercial, produtividade, crescimento econômico e distribuição de renda.

³⁷ Grifo meu.

Um projeto conseqüente de desenvolvimento (portanto livre de charlatanismo populista) de crescimento com redução da pobreza e da concentração de renda, haverá de ter como elemento central a aceleração da taxa de crescimento da produtividade, o que, necessariamente, haverá de ter com a superação da SI [substituição de importação] e o aprofundamento do processo de abertura (Franco, 1996: 12).

Nesta perspectiva – como indica a argumentação de Franco - o ritmo de crescimento da produtividade (derivado da velocidade de introdução de inovações produtivas capazes de alterar a relação entre produto e trabalho) substitui o papel do Estado como promotor do desenvolvimento e, em última instância, do bem-estar. Transfere-se o problema do desenvolvimento da esfera político-institucional para o campo da técnica e da estrita gestão microeconômica, onde a incorporação de inovações, ao aumentar o produto por trabalhador, se traduziria em progresso econômico e social.

Como se nota, o debate em torno da produtividade ganha força a partir do processo de abertura econômica que se estabelece com os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso; na concepção dos formuladores das políticas econômicas destes governos, a produtividade é um tema de fundamental relevância e determinante para o desenvolvimento econômico do país.

Contudo, cabe notar que não é tarefa trivial provar as correlações positivas entre abertura comercial, crescimento da produtividade, ampliação da competitividade e desenvolvimento econômico (com redução da desigualdade).

Em primeiro lugar, Belluzzo e Coutinho (1996) chamam a atenção para a necessidade de se distinguir a produtividade (conceito da microeconomia) da competitividade externa de uma economia (conceito da macroeconomia), já que não se conquista mercado exclusivamente com aumentos de produtividade de determinada indústria ou setor. Mesmo que tivesse de fato ocorrido um importante crescimento da produtividade nesta década, fatores sistêmicos extra-firma (como, por exemplo, o padrão de financiamento ou a estrutura empresarial) são determinantes do potencial competitivo do setor produtivo do país.

Em segundo lugar, também sobre a relação entre produtividade microeconômica e desenvolvimento, vale mencionar as considerações feitas por Bowles e Gintis (1995), que demonstram em estudo sobre as economias avançadas que – no contexto da globalização e de constrangimento das políticas keynesianas – quanto menor a heterogeneidade econômica e social de um país, maiores tendem a ser os efeitos positivos do crescimento da produtividade do trabalho (nesta precisa ordem). Para estes autores, em uma economia com uma base social mais igualitária, os ganhos de produtividade tendem a gerar maior efeito dinâmico sobre o conjunto da economia. Como parte desses ganhos são apropriados na forma de salários ou de redução do tempo de trabalho ou, ainda, na forma de benefícios sociais, verificar-se-ia maior impacto sobre a demanda agregada, o que levaria a um maior crescimento econômico.

Portanto, nesta perspectiva, aumentos de produtividade não seriam, por si só, fatores de promoção social nem de distribuição de renda. De forma inversa, vale

lembrar que aumentos da rentabilidade microeconômica produzidos por reduções de salário, desvalorizações cambiais ou aumento da oferta de mão-de-obra (i.e., desemprego) são, potencialmente, fatores que incrementam a produtividade³⁸ (SEADE, 1995: 10-18).

Feitas estas considerações sobre os traços fundamentais do modelo liberal, em que a produtividade é apresentada como variável chave para o desenvolvimento, segue-se uma análise das políticas econômicas dos anos noventa e de suas consequências sobre a estrutura produtiva do Brasil.

2.3 Políticas econômicas dos anos 90

Apesar de ser possível identificar, ainda nos anos oitenta, certas iniciativas de cunho liberalizante – é o caso, por exemplo, da criação da Comissão Especial de Desestatização³⁹, em 1981, ou da política de redução da redundância tarifária vigente entre 1988 e 1989 – é só a partir da posse de Collor, em 1990, que os programas neo-liberais se consolidam na agenda política brasileira.

³⁸ A esse respeito é exemplar, aliás, a experiência da industrialização brasileira (1950 a 1980), quando incrementos significativos de produtividade e taxas de crescimento econômico recordes foram acompanhados de um processo de crescente exclusão social e concentração de renda.

³⁹ Cf. Paulani (1998).

Com o lançamento de um ambicioso programa de privatização e através da implementação da "Política Industrial e de Comércio Exterior" (PICE)⁴⁰, inicia-se então um processo de desmonte do aparato estatal que servia ao modelo substitutivo de importações. A esse respeito, é exemplar a evolução verificada na PICE, que deixa à margem as políticas industriais propriamente ditas e mantém-se quase que exclusivamente como uma política de redução das tarifas aduaneiras.

Contudo, com a crise política que atinge o governo Collor, obrigando-o a renunciar dando lugar a seu vice, Itamar Franco, os programas de abertura comercial e de privatização perdem força e são mantidos à marcha lenta até o final de 1993.

Após este breve interregno, com o lançamento do Plano Real (ao longo do ano de 1994), retoma-se, em bases ampliadas, o projeto de liberalização da economia brasileira. O plano de estabilização monetária arquitetado pela equipe do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que viabilizava a candidatura presidencial do ministro, era visto como pré-requisito para a retomada do desenvolvimento econômico.⁴¹

⁴⁰ Sobre o reduzido papel reservado às políticas industriais no Brasil dos anos noventa, veja-se Erber e Cassiolato (1997) e também Moreira e Correa (1997).

⁴¹ Para Barros e Goldeinstein (1997: 12) "a estabilização recria condições de segurança aos investidores que passam a ter um horizonte de médio e longo prazo fundamentais para as decisões de investimento". Além disso, segundo os autores, tanto pela eliminação do "imposto inflacionário" quanto pela eliminação dos ganhos do sistema financeiro com o chamado *float*, o processo de estabilização "contribui significativamente para a ampliação do mercado não só

A despeito da suposta originalidade de alguns instrumentos empregados no programa de estabilização⁴², o 'Plano Real' - assim como vários outros programas de estabilização realizados em outras economias nos anos noventa – assentou-se na combinação entre abertura comercial (com valorização cambial) e liberalização financeira (com elevação dos juros internos)⁴³. Não sem razão, os fundamentos da estabilização coincidem com os princípios do modelo de 'inserção externa' mencionados anteriormente; nas palavras de Lara Resende (Resende,1996: 1/2) "a agenda da estabilização se confunde com a agenda do desenvolvimento".

Na perspectiva dos formuladores do Plano Real, o período de estabilização monetária com liberalização econômica seria, portanto, uma etapa necessária e constitutiva do próprio desenvolvimento, uma fase de transição e de realinhamento competitivo, após a qual seriam colhidos os frutos do aumento da produtividade. A maturação do processo de reestruturação industrial e a redução do 'custo Brasil'

graças ao ganho concreto que dá para as camadas mais baixas da população, as que mais perdiam com o processo inflacionário, como pelo impacto sobre o crédito".

⁴² Refiro-me principalmente ao mecanismo da URV que, através de uma indexação generalizada dos preços, preparou terreno para a substituição da moeda em 1 de julho de 1994. Para uma descrição das políticas do Plano Real veja-se Bacha (1997). Para uma análise crítica deste processo veja-se Tavares (1997) e Delfim Neto (1997).

⁴³ Moreira e Correa (1997: 72) chamam a atenção para o fato de que, a despeito das recomendações da literatura, na experiência brasileira a liberalização comercial e financeira foram realizadas quase que simultaneamente. As conseqüências indesejáveis desta estratégia, segundo o autor, seriam, além de um excesso de endividamento, um elevado custo social e um "deslocamento de setores produtores de bens comerciáveis, à revelia de vantagens comparativas do país, que têm como característica um crescimento da produtividade superior à dos bens não-comerciáveis".

levaria à superação da defasagem cambial e, conseqüentemente, dos desequilíbrios em conta corrente (Franco, 1996; Barros e Goldenstein, 1997).

A fim de enfrentar este período de 'transição', e equacionar os chamados déficits gêmeos (em transações correntes e no setor público), os gestores de política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso lançam mão de três mecanismos distintos de captação de poupança: (i) apreciação das taxas de juros domésticas, como forma de atrair capitais externos de curto prazo (i.e., ampliação da dívida mobiliária federal); (ii) aprofundamento do processo de privatização; e, (iii) incentivos à entrada de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), direcionados a novos nichos de mercado - principalmente nas áreas de telecomunicações e de infra-estrutura.

É com base nestes instrumentos, associados ao aumento do coeficiente de importação, à valorização da moeda, à contenção do nível de atividade e à desindexação de preços e salários, que se promove então, a partir do Plano Real, uma radical transformação do perfil produtivo da economia brasileira. Apesar de ainda pouco nítido, este processo tem suscitado alguns questionamentos quanto às suas implicações futuras.

Pode-se dizer que são duas as preocupações fundamentais com o dito modelo: primeiro, não se sabe até quando teremos fôlego para enfrentar a fase de transição (i.e., até quando contaremos com um fluxo de capital externo capaz de financiar o desequilíbrio em nossas transações correntes, visto que desde meados

de 1997, com a chamada 'crise asiática', são crescentes as dificuldades para a rolagem da dívida mobiliária federal). Segundo, é preciso questionar se, mesmo vencido este primeiro obstáculo, a reorientação produtiva, associada ao importante fluxo de IDE observado nos últimos anos⁴⁴, irá levar, de fato, a um ganho de competitividade sistêmico capaz de conduzir a economia brasileira a uma trajetória de desenvolvimento sustentado – o que implica também realocar em novos setores os segmentos excluídos da produção pelo processo de superexposição inicial da economia.

De acordo com as primeiras avaliações, apesar do recente fluxo de IDE ter contribuído para a modernização do setor industrial brasileiro e ampliando a competitividade no plano microeconômico de alguns setores, o novo perfil produtivo que se está implantando parece pouco dinâmico quando analisado no plano macro.

Tanto pelo grande número de aquisições de empresas nacionais por capitais estrangeiros, quanto pela crescente participação de equipamentos e componentes importados ao longo da cadeia produtiva,

A capacidade do investimento industrial de atuar como motor do crescimento sustentado é, no período atual, comparativamente mais fraca do que em fases anteriores da industrialização (Laplane e Sarti, 1999: 42).

⁴⁴ Para uma análise da participação do IED na economia brasileira nos anos novena, veja-se (Laplane e Sarti, 1999).

Outro aspecto a se considerar, como apontado por Kregel (1996: 37), é que

Os investidores estrangeiros diretos não investem sem a expectativa de retorno, e retorno lucrativo. O IDE não representa um presente generoso para um país em desenvolvimento; trata-se de um empréstimo realizado na expectativa de obtenção de lucros e da possibilidade de repatriação.

TABELA VI
Indicadores Econômicos Selecionados
Brasil - 1980/1999

Ano	Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (em US\$ milhões)	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (em % PIB)¹	Lucros e Dividendos Remetidos ao exterior (em US\$ milhões)	Títulos Públicos Federais (em R\$ milhões)
1980	1.381	23,6	310	-
1981	1.671	21,6	370	-
1982	1.121	20,0	585	-
1983	298	17,2	758	-
1984	252	16,3	796	-
1985	135	16,4	1.057	-
1986	-413	18,8	1.350	-
1987	50	17,9	909	-
1988	-28	17,0	910	-
1989	-340	16,7	2.383	-
1990	281	15,5	1.591	0,8
1991	104	15,2	665	4,5
1992	1.580	14,0	574	164
1993	714	14,4	1.831	4.988
1994	1.972	15,3	2.483	61.782
1995	4.313	16,7	2.590	108.486
1996	9.976	16,5	2.374	176.211
1997	17.083	17,9	5.597	255.509
1998	25.893	17,4	7.182	323.860
1999	29.976	-	4.058	412.568

Fonte: Banco Central; Indicadores IESP; Conjuntura Econômica Jan (2000).

(1) A preços de 1980.

De fato, considerando-se os números apresentados na Tabela VI, nota-se que a ampliação expressiva dos fluxos de IDE nos últimos anos, além de não ter se traduzido em correspondente aumento da 'formação bruta de capital fixo' (FBCF),

levou a um aumento progressivo das remessas de lucros e dividendos para o exterior.

No período entre 1994 e 1998, enquanto o fluxo de IDE cresceu de US\$ 1,58 bilhões para US\$ 26,13 bilhões, a taxa de FBCF variou, apenas, de 15,3% para 17,4%, e a remessa de lucros e dividendos saltou de US\$ 2,48 bilhões para US\$ 7,18 bilhões.

Por outro lado, dado que os riscos associados ao IDE são os mais altos possíveis, continua Kregel (1996: 39),

Para um país em desenvolvimento, o IDE é o mais custoso dos métodos de empréstimo de capital. (...) um país em desenvolvimento que se tenha ajustado à permanência das entradas de IDE estará crescentemente exposto à sua interrupção fortuita, que é completamente independente da permanência dos fluxos anteriores contidos no estoque existente de IDE.

Além disso, como o aumento da participação de capitais externos na nossa economia tende a tornar permanente a saída líquida de lucros e dividendos em proporções significativas, a possibilidade de cessão dos fluxos de IDE reforça a dependência da economia em relação aos outros dois canais alternativos de financiamento dos déficits em transações correntes: o endividamento de curto prazo e a privatização⁴⁵.

⁴⁵ Cabe lembrar que parte considerável do fluxo de IDE nos anos noventa se deve à

Todavia, sobre estes dois instrumentos de captação de poupança externa pairam ainda dúvidas maiores. O capital estrangeiro de curto prazo, depois da investida contra a moeda nacional e a conseqüente desvalorização cambial (em janeiro de 1999), exige taxas de retorno exageradamente altas, associadas a crescentes garantias contra o chamado 'risco Brasil': *hedge* cambial; *spread* elevado e prazos cada vez mais curtos. Além disso, o ônus sobre as contas públicas deste tipo de financiamento é extremamente elevado e tem sido a causa fundamental do brutal aumento da dívida pública nos anos recentes⁴⁶. De 1994 a 1999, a dívida mobiliária federal (volume de títulos públicos federais em poder do público) cresceu quase sete vezes (Tabela VI), atingindo em novembro de 1999 R\$ 412 bilhões, isto é, 37,9% do PIB.

No que se refere ao programa de privatização, independentemente das críticas que se possa fazer ao modelo em si ou à sua eficácia microeconômica, é preciso considerar que se trata de um processo finito, do tipo '*once-for-all*', sobre o qual é pouco recomendável fundarem-se as bases de nosso sistema nacional de financiamento⁴⁷. Aliás, o rápido consumo do patrimônio estatal brasileiro aproxima-

privatização de setores estatais; não se deve considerar, portanto, que o IDE e as privatizações sejam dois processos paralelos e independentes. São dimensões complementares de um único movimento de internacionalização da economia brasileira. O risco de interrupção de um destes fluxos compromete necessariamente as outras formas de captação.

⁴⁶ De acordo Banco Central, a dívida pública líquida registrada em novembro de 1999 era de R\$ 519 bilhões, correspondente a 51,2% do PIB (BACEN, 2000).

⁴⁷ Para uma análise do processo de privatização brasileiro veja Paulani (1998) e Biondi (1999).

se de seus limites sem que se tenha conseguido equacionar o endividamento do setor público que, a despeito da austeridade orçamentária, cresceu de forma inédita. Como chama a atenção Haddad (1998: 64).

Feitas as contas, percebe-se sem muita dificuldade que, por enquanto, a verdadeira âncora do Plano Real tem sido o patrimônio público acumulado nos últimos 50 anos.

Segundo Paulani, (1998: 48) o volume total de recursos arrecadados ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-98) com a venda do patrimônio estatal chegou a US\$ 49 bilhões (ou R\$ 85 bilhões, em reais de janeiro de 2000). Ao se comparar estas cifras com os incrementos da dívida mobiliária federal no mesmo período (R\$ 262 bilhões), revela-se o caráter contraditório e perverso do ajuste liberal. Os recursos conseguidos com a venda das empresas estatais de primeira linha foram mais do que compensados pelo endividamento público produzido a partir da manutenção de elevadas taxas de juros, necessárias para sustentar os déficits em transações correntes causados pela deliberada política de sobrevalorização cambial.

Em seu conjunto, passados dez anos, o programa liberal implantado no Brasil aponta seriamente para a possibilidade da regressão econômica. A fim de que se concretizem as apostas colocadas pelo atual projeto de desenvolvimento, a realidade dos fatos terá que demonstrar que os incrementos de produtividade ao nível agregado levarão a um ganho de competitividade externa suficientemente grande para recuperar em uma base nova as perdas do ajuste macroeconômico. Antes disso, porém, seria preciso demonstrar, primeiro, que a abertura comercial

levou a um aumento significativo da produtividade e, segundo, que este aumento traduziu-se em maior competitividade para a economia como um todo. Como trataremos mais adiante, há evidências de que o choque de concorrência promovido pela abertura comercial não levou a um crescimento das taxas de produtividade em escala suficiente para justificar tamanha desarticulação do setor produtivo nacional e tão intensa deterioração do mercado de trabalho brasileiro.

CAPÍTULO III

PRODUTIVIDADE NO BRASIL

3.1 - O debate metodológico

Assim como nos países de economia avançada, o debate sobre as relações entre crescimento da produtividade e os novos padrões de produção tem suscitado também no Brasil uma grande controvérsia.

Porém, tanto pela própria importância que ganha a questão da produtividade numa economia aberta, quanto pelas dificuldades em se precisar sua dimensão e seus impactos num contexto de profunda transformação da estrutura produtiva, este debate é, no caso brasileiro, ainda mais intenso e controverso.

Em primeiro lugar, a maioria dos autores reconhece limitações na base de dados que serviu para a análise dos indicadores de produtividade disponíveis para o Brasil até recentemente (PIM/IBGE). Esta deficiência das estatísticas estimulou o debate metodológico, e contribuiu ainda mais para ampliar as divergências entre os especialistas que têm buscado interpretar o sentido da evolução da produtividade na década de noventa, como se verá nesta seção.

Conforme aferida pelos indicadores conjunturais da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produtividade da mão-de-obra na indústria de transformação teria crescido, nos anos noventa, a uma taxa média acima de 8,0% ao ano (veja Tabela VII).

TABELA VII

Evolução da Produtividade Industrial Segundo a Pesquisa Industrial Mensal

Brasil – Base: 1990 = 100

(em %)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Média Anual
Produção Física (A)	97,4	93,7	101,4	109,5	111,5	111,9	116,3	112,5	1,48
Pessoal Ocupado (B)	89,9	83,1	81,7	79,9	78,5	69,7	65,7	59,7	-6,24
Produtividade (A/B)	108,3	112,8	124,2	137,1	142,1	160,5	177,0	188,6	8,25

Fonte: IBGE (PIM-DG e PIM-DF)

Este resultado, além de representar um recorde histórico (veja Tabela VIII) e de ser comparável apenas ao desempenho de algumas economias asiáticas, tem, entretanto, alertado alguns autores para a necessidade de se qualificar melhor os determinantes de tamanho desempenho.

TABELA VIII

Evolução da Produtividade do Trabalho na Indústria

Períodos Selecionados

Brasil (1949/90)

(em %)

Período	Produtividade Média
1949/55	6,5
1956/64	5,1
1965/74	5,9
1975/79	4,2
1980/85	1,1
1986/90	1,9
1949 a 1990	4,4

Fonte: IBGE (PIM-DG), *apud* Pochmann (1995: 206)

Uma primeira ordem de problemas decorre do fato de que os indicadores de produtividade calculados através do quociente entre a produção final (produção física ou valor da produção) e a quantidade de mão-de-obra utilizadas na produção (pessoal ocupado ou número de horas pagas) estariam superestimados. Por uma série de deficiências e limitações da base de dados, elaborada a partir das Pesquisas Industriais Mensais (produção física e dados gerais) do IBGE, a produtividade auferida não corresponderia a evolução real da produtividade na indústria (Considera e Valadão, 1995: 35; Pacheco, 1996; Salm *et alii*, 1997).

A dificuldade fundamental de se auferir com precisão a evolução a produtividade final da indústria brasileira reside no fato de que as bases estatísticas utilizada para a construção das amostras da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM) são, ainda hoje, os censos econômicos de 1985. É a partir do painel fixo montado naquele ano que são elaboradas as séries atuais dos indicadores conjunturais da indústria. Como a composição da indústria nacional alterou-se significativamente desde 1985 – principalmente em decorrência dos processos de abertura da economia e de reestruturação produtiva ocorridos nos anos noventa - os indicadores da produção industrial⁴⁸ e de pessoal ocupado que compõem o painel

⁴⁸ Cabe ressaltar que, para se medir a produção da indústria, o indicador de Produção Física é considerado melhor do que os demais indicadores da produção pesquisados pela PIM-DG, dado que a base de ponderação da PIM-PF incorpora algumas alterações nos pesos dos setores da indústria (Salm *et alii*, 1997: 381).

da PIM perdem muito de sua consistência (Cacciamalli e Bezerra, 1997; Bonelli, 1996 e Salm *et alli*, 1997).

No que se refere aos indicadores de produção, o principal problema apontado pelos analistas resultaria da incapacidade da PIM em captar corretamente as alterações da composição da indústria como um todo e internamente às empresas. O surgimento de novos ramos da indústria ou de novas empresas e a crescente participação de bens intermediários de origem externa poderiam estar comprometendo os resultados da pesquisa.

Por sua vez, os indicadores do emprego industrial mensurados pelo IBGE também estariam apresentando algumas distorções. No que tange ao indicador de pessoal ocupado, as estratégias de terceirização de parcelas da produção e a tendência de crescente informalização do trabalho assalariado, na medida em que deslocam trabalhadores, ou para outras empresas, ou para fora do quadro oficial de empregados, contribuem para uma subestimação do número do pessoal ocupado na produção. O indicador de número de horas pagas na produção – alternativa ao uso do de pessoal ocupado – também estaria apresentando resultados viesados, visto que não indicaria precisamente o número de horas efetivamente trabalhadas (a não-declaração do número total de horas extras seria a principal causa deste viés do indicador de horas pagas da PIM-DG).

Assim, dadas as deformações dos indicadores que compõem o numerador e o denominador do quociente que mede a produtividade do trabalho, são fortes as

evidências de que as elevadas taxas de crescimento da produtividade estão duplamente enviesadas: tanto pela superestimação da produção física (ou do valor da produção) quanto pela subestimação da mão-de-obra envolvida nesta produção.

Uma segunda ordem de problemas que tem sido debatidos diz respeito ao fato de que os recentes aumentos de produtividade estão associados à relação inversa entre crescimento da produção industrial doméstica e redução do nível de emprego na indústria – fato atípico na história da industrialização brasileira (Barros *et alli*, 1996 e Pochman, 1994: 206) – o que poderia estar configurando uma estrutura produtiva perversa em que os aumentos das taxas de crescimento da produção seriam insuficientes para superar a tendência de redução do nível de emprego.

Em face deste quadro, alguns autores têm conduzido suas argumentações no sentido de desqualificar os indicadores de produtividade, enquanto outros autores pretendem minorar o seu caráter perverso. Para Considera e Valadão (1995), por exemplo, as baixas taxas de investimento observadas no período evidenciarão a impossibilidade de existirem taxas de produtividade tão elevadas. Estes autores consideram que o fato de o volume de investimento em relação ao PIB nos anos noventa ter sido inferior à média dos anos oitenta significa que não pode ter havido um aumento significativo da capacidade produtiva. Argumentam, então, que os resultados expressivos apontados pelos indicadores de produtividade resultariam, fundamentalmente, de dois fatores: (i) as deficiências metodológicas

dos indicadores conjunturais de produtividade (baseados na Pesquisa Industrial Mensal), e (ii) o ajuste à recessão, onde haveria um processo de seleção natural em que as empresas menos produtivas perderiam espaço para as mais produtivas.

Assim, nesta linha de argumentação os aumentos de produtividade do período em questão não são vistos como decorrência de uma possível reestruturação da economia: estariam expressando apenas fatores conjunturais e estatísticos⁴⁹.

Contra-pondo-se a estes autores, um conjunto de estudos tem apontado para uma transformação significativa na estrutura produtiva nos anos recentes, o que responderia, em parte, pelos incrementos de produtividade. Para Carvalho e Bernardes (1996) e Bonelli (1996), apesar da inegável deficiência dos indicadores disponíveis, aqueles ganhos de produtividade podem estar relacionados à adoção de novas técnicas organizacionais e novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Como neste cenário não se exige a mobilização de grandes volumes de investimento, coloca-se "em xeque o argumento da impossibilidade teórica de um salto na produtividade industrial em condições de investimento deprimido" (Carvalho e Bernardes, 1996: 58). Corroborando esta tese, Feijó e Carvalho (1994) sublinham, entretanto, que a modernização ocorrida foi determinada tanto

⁴⁹ É nesse mesmo sentido que aponta o trabalho de Barros *et alii* (1996) ao propor que, dada a reduzida variação do nível de produção ao longo do período de abertura comercial, o aumento da produtividade do trabalho guardaria estreita relação com a redução do nível de

pela abertura comercial, e o conseqüente aumento da concorrência, quanto pelo ajuste recessivo do começo da década.

Ainda segundo Carvalho e Bernardes (1996), a tendência apontada pelos indicadores de produtividade poderia, entretanto, estar expressando uma redução da capacidade de geração de novos postos de trabalho, tendência que poderia acentuar-se caso, em um período de crescimento do investimento, se intensifique a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Apontando também na direção da perda de dinamismo, mas chamando a atenção para a redução da participação do valor agregado na composição do produto nacional (fato que não é captado pelos indicadores de produtividade baseados na Produção Final)⁵⁰, Mattoso e Baltar (1997) e Baltar (1996) atentam para a possibilidade da abertura comercial estar transferindo para fora do espaço nacional parte de a produção de bens intermediários, eliminando importantes elos das principais cadeias produtivas da indústria (como, por exemplo, a automobilística e a de eletrodomésticos). Como demonstram estes autores, apesar do crescimento ocorrido após 1993 ter sido puxado pelo crescimento do consumo de bens duráveis, não se conseguiu dinamizar - via efeito multiplicador -

emprego

⁵⁰ De acordo com estudo recente da OIT (ILO, 1999) a série de produtividade medida pelo valor agregado não estaria apontando para um ganho significativo de produtividade no período 1980-96.

os demais setores da economia, o que resultou em uma insuficiente geração de postos de trabalho.

3.2 – Produtividade como Relação entre Valor Adicionado e Pessoal Ocupado

A divulgação, em dezembro de 1997, do novo (reformulado) Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE torna possível a construção de um indicador de produtividade de qualidade e confiabilidade bem superiores às dos indicadores baseados nos dados das pesquisas conjunturais do IBGE (PIM – Dados Gerais e PIM – Produção Física), que eram os mais largamente utilizados para a aferição da produtividade do trabalho no Brasil. Com as informações disponibilizadas agora pelo SCN pode-se analisar com maior acuidade o desempenho dos setores produtivos da economia brasileira, o que contribui positivamente para o exercício de interpretação das transformações ocorridas a partir do recente processo de liberalização de nossa economia.

Entre as séries que compõem o novo sistema, constam uma série de valor adicionado e uma nova série do pessoal ocupado na produção, ambas disponíveis por setor de atividade e por gêneros da indústria. A partir do quociente 'valor adicionado por trabalhador' pode-se obter uma *proxi* da produtividade do trabalho que até recentemente não era possível. Em tese, o ganho de qualidade proporcionado pela utilização destes novos indicadores decorre dos seguintes

fatores: (1) o uso do valor adicionado como numerador do quociente permite sanar, em parte, as possíveis distorções que afetavam as estatísticas de produção da PIM – como mencionado no item anterior, o conjunto amostral da PIM foi perdendo representatividade tanto pela crescente participação de insumos importados ao longo da produção, quanto pela impossibilidade de incorporar novas empresas ou indústrias; e (2) os novos dados referentes ao pessoal ocupado na produção divulgados pelo SCN são especialmente relevantes em função dos processos de informalização e de terceirização que caracterizaram nossa economia nos anos noventa, visto que busca-se agora incorporar o setor informal à amostra da pesquisa⁵¹.

As estatísticas que compõem o SCN incluem um indicador de produtividade baseado na relação entre valor adicionado e pessoal ocupado; entretanto, tal indicador apresenta-se desagregado por gênero da indústria e não disponibiliza os dados referentes ao conjunto da indústria. Como para nossos objetivos os dados para o total da indústria são fundamentais, utilizamos aqui a série elaborada por um estudo do Departamento de Competitividade Industrial da FIESP (FIESP, 1999), que reconstitui, a partir dos dados originais do IBGE, os indicadores de valor adicionado em termos reais e de produtividade do trabalho.

⁵¹ Segundo o IBGE (Contas Nacionais, 1999) os indicadores de pessoal ocupado apresentados pelo SCN resultam da atualização e ampliação da amostra original da PIM-DG. Construída a partir dos Censos Econômicos de 1985, a amostra revisada passou a incorporar

As estatísticas que apresentamos a seguir (Tabelas IX, X e XI) fundamentam-se nas séries elaboradas pelo DECOMPI/FIESP; a partir delas, elaboramos um indicador de 'indústrias selecionadas', que pretende melhor subsidiar nossa hipótese geral de que a abertura comercial não está impactando positivamente os índices de produtividade da indústria nacional, conforme será tratado no item seguinte.

3.3 Análise dos resultados

Como se verifica na Tabela IX, a produtividade do trabalho medida pela relação entre valor adicionado e a nova série de pessoal ocupado, apresenta, para os anos noventa, taxas de variação bem menores do que aquelas obtidas pelas metodologias anteriores. Na indústria, por exemplo, enquanto a produtividade medida a partir da PIM registra, no período 1990-98, um crescimento médio anual de 8,25% (Tabela VII), pelo novo indicador obtém-se uma variação de 4,1% ao ano (Tabela IX).

dados de outras fontes (RAIS, PNAD, IRPJ, entre outras) a fim de que fossem minoradas as distorções causadas tanto pela crescente informalização do mercado de trabalho quanto pela obsolescência do painel fixo das amostras da PIM.

Destaca-se também nesta tabela a evolução das taxas de produtividade geral da economia, que, a despeito do forte 'choque de concorrência' que atingiu a produção doméstica, cresceu a uma taxa média de apenas 1,5% ao ano. Em grande medida, este resultado decorre da ligeira queda na produtividade no setor de serviços, visto que a participação deste setor no valor adicionado total da economia brasileira chega já a quase dois terços⁵².

Conseqüentemente, mesmo com taxas de maior magnitude na agropecuária e na indústria, o fraco desempenho no setor de serviços ao longo dos oito primeiros anos da década de noventa acabaram comprometendo a produtividade geral da economia.

TABELA IX

Evolução da Produtividade (valor adicionado por trabalhador)

Por Setor de Atividade

(em %)

Setores de Atividade	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Média Anual
Total*	-1,3	9,2	12,0	-10,1	-4,2	4,4	4,9	-0,8	1,5
Agropecuária	-3,1	-3,4	5,0	38,0	-3,5	4,3	0,2	5,9	4,8
Serviços	-1,6	10,5	11,5	-20,5	-4,9	6,1	2,7	-0,4	-0,1
Indústria	2,0	12,5	13,3	1,0	-3,5	0,1	5,5	0,6	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais / FIESP(1999:7)

* Incluso o setor extrativo mineral.

No que se refere especificamente à produtividade do setor industrial, cabe uma análise mais pormenorizada. Em primeiro lugar, os dados apresentados na Tabela

⁵² Em 1998 sua participação foi de 60,31% (FIESP, 1999).

VIII revelam uma discrepância muito grande entre as taxas de produtividade dos diferentes gêneros da indústria. Enquanto as indústrias de vestuário, de calçados e moveleira (entre outras) apresentaram uma regressão da sua produtividade, setores como a construção civil, a indústria automobilística ou a indústria petrolífera cresceram a taxas de produtividade excepcionais.

Contudo, apesar de à primeira vista o contraste entre os resultados de diferentes gêneros da indústria estarem apontando para uma possível “virtualidade” de nossa economia – pois caberia o argumento de que avançamos nas indústrias mais dinâmicas e modernas em detrimento de indústrias tradicionais e atrasadas – é preciso distinguir primeiro os determinantes dos variados desempenhos em termos de produtividade para, então, melhor avaliar o significado destes resultados.

Neste sentido, é significativo que as indústrias que apresentaram os melhores resultados em termos de crescimento da produtividade no período são, na sua maioria, aquelas que por diferentes razões estiveram menos expostas à concorrência de produtos importados, enquanto os segmentos que sofreram maior exposição ao mercado externo foram justamente aqueles em que a produtividade menos cresceu.

TABELA X
Evolução da Produtividade no Setor Industrial
(Valor adicionado por trabalhador)

Classes	(em %)								
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Média Anual
Setor Industrial Total	2,0	12,5	13,3	1,0	-3,5	0,1	5,5	0,6	4,1
Automobilística	27,1	7,4	26,0	12,1	22,4	5,7	12,9	-16,9	11,22
Petrolífera	-12,9	65,4	52,3	-18,2	-17,0	-8,0	18,4	26,9	9,45
Óleos e gord. Vegetais	25,8	58,6	-21,7	4,6	-20,2	8,0	49,1	-5,0	9,01
Serv. Ind. de Utilid. Pública	4,4	24,8	1,0	13,1	2,2	16,8	-0,2	11,2	8,88
Construção civil	1,1	14,2	12,3	18,0	6,6	4,1	5,1	3,3	7,94
Siderurgia	20,6	32,6	10,0	-4,0	0,7	-1,8	4,8	-8,0	6,13
Farmacêuticos e perfumaria	-23,7	46,6	23,6	-6,7	-9,3	0,3	24,6	8,8	5,96
Borracha	1,9	11,1	14,2	1,8	0,9	10,3	10,7	-5,6	5,47
Química (não-petroquímica)	21,0	15,6	55,2	-8,8	-25,7	-4,4	17,8	-8,7	5,29
Café	7,8	-18,5	76,3	30,8	-19,6	-10,4	-11,8	16,7	5,22
Outras ind. de aliment. E bebid.	10,5	11,9	7,5	-1,0	-1,3	5,8	5,3	3,2	5,14
Leite e laticínios	-5,4	-3,1	8,6	-5,0	18,0	13,9	-3,6	16,2	4,51
Máquinas e tratores	0,0	26,2	29,6	-7,9	-9,8	-3,6	0,9	3,8	4,03
Prod de origem vegetal	20,4	16,8	4,3	-7,1	-17,7	8,2	13,8	-0,8	3,99
Minerais não-metálicos	15,5	-2,0	5,9	11,4	-4,1	-10,1	9,1	6,2	3,65
Metalurgia não-ferrosos	7,6	3,7	-5,9	33,6	-1,7	-9,9	-0,3	1,1	2,86
Abate e preparação de carnes	2,5	-5,5	37,4	-3,4	-2,6	5,3	-8,4	0,2	2,41
Autopeças	-2,2	23,9	16,6	4,2	-1,4	-3,9	-5,2	-11,5	2,00
Metalúrgicos (outros)	9,1	-5,0	21,5	7,4	-7,9	-8,6	8,5	-7,8	1,63
Material elétrico	2,2	32,4	-0,7	-9,6	2,7	-8,3	-5,9	5,5	1,62
Material eletrônico	-1,0	0,0	20,1	7,9	11,5	1,1	-10,1	-15,2	1,22
Químicos diversos	6,6	-4,5	11,2	-7,2	-9,5	8,9	-1,0	-0,6	0,22
Material plástico	-9,7	-4,3	19,9	-8,0	7,7	-2,2	-2,7	4,2	0,21
Papel e gráfica	29,1	-19,2	-10,1	0,2	25,1	-6,7	-4,4	-4,6	0,01
Madeira e móveis	3,0	-9,5	18,3	5,7	-3,6	-8,9	2,2	-8,3	-0,51
Indústrias diversas	-4,0	-7,1	14,9	2,7	-9,9	4,1	-7,0	-2,2	-1,34
Têxtil	-15,2	-4,5	8,9	-8,0	6,3	11,5	3,6	-13,6	-1,87
Calçados e artigos de couro	2,2	23,3	3,1	-13,5	-4,5	0,7	-3,4	-21,0	-2,40
Ind. do açúcar	-1,1	-4,0	12,4	4,5	-26,8	-11,1	3,4	-5,1	-4,14
Vestuário e acessórios	-20,4	-1,3	-3,5	-4,7	-5,4	-1,2	-1,2	-4,3	-5,47

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais

Elaboração: FIESP/CIESP/DECOMPI.

*excluídos a fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; os serviços industriais de utilidade pública e a construção civil.

Assim, entre os cinco segmentos do setor industrial que apresentam as mais altas taxas de produtividade, em pelo menos três – indústria automobilística, construção civil e serviços industriais de utilidade pública – pode-se destacar as condições de excepcionalidade a que estiveram submetidos neste período. Por esta razão, e

conforme será melhor explicitado a seguir, estes três segmentos não foram incluídos no indicador denominado de 'Indústrias Seleccionadas' (Tabela XI) que construímos para avaliar o impacto da abertura sobre a produtividade industrial.

A indústria automobilística, por exemplo, é a que apresenta o maior crescimento da produtividade no período compreendido pela pesquisa (taxa média de 11,22% ao ano), como mostra a Tabela X. Tal desempenho pode ser atribuído a uma série de políticas que garantiram a esta indústria relativo grau de proteção. As principais políticas neste sentido foram o acordo firmado na câmara setorial (governo, empresas e sindicatos) no governo de Itamar Franco; o regime automotivo (que estabeleceu cotas de importação); e ainda, em âmbito estadual, os acordos de incentivo fiscal. Os excepcionais índices de produtividade parecem indicar que a indústria automobilística reagiu muito positivamente às políticas setoriais aplicadas no período.

Por sua vez, a construção civil também apresenta um crescimento bastante elevado de sua produtividade média – 7,94% ao ano. Vale notar que a construção civil constitui um segmento pouco exposto à concorrência externa e que foi beneficiado pela retomada, ainda que tímida, do crédito para a habitação; suas elevadas taxas de produtividade refletem, muito provavelmente, tais especificidades. Cabe ressaltar, ainda, que, dada a grande informalidade que

caracteriza o emprego nesta indústria, a precariedade dos indicadores de emprego tende a afetar mais acentuadamente a medida da produtividade deste segmento⁵³.

Os serviços industriais de utilidade pública, finalmente, apresentaram no período analisado uma taxa de crescimento anual da produtividade da ordem de 8,88%. Este elevado desempenho resulta fundamentalmente do processo de privatização a que foi submetido o setor, no decorrer do qual eliminou-se grande parte de sua mão-de-obra, considerada excedente pelos padrões de rentabilidade microeconômica dos novos controladores.

Levando-se em conta, portanto, as particularidade destes três sub-setores, construímos um indicador que não considera os dados relativos a eles. Com isso, torna-se possível comparar os efeitos da abertura comercial sobre segmentos sujeitos a diferentes graus de exposição ao mercado externo. A exclusão dos três segmentos citados justifica-se, neste sentido, pelo fato de que o processo de abertura comercial não se reflete diretamente sobre suas dinâmicas de produção. Isto é, as elevadas taxas de produtividade auferidas na indústria automobilística, na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública são motivadas, fundamentalmente, por fatores internos à nossa economia (como as políticas

⁵³ Conforme Mattoso (1999: 18) o emprego formal na construção civil sofreu uma queda de 23,2% no período 1989-1999.

setoriais ou o processo de privatização). O indicador de 'Indústrias Seleccionadas' aqui construído (Tabela XI) permitirá assim analisar de modo mais acurado o impacto da abertura comercial sobre o desempenho da indústria nacional.

TABELA XI
Comparação entre as Taxas de Produtividade do Setor Industrial e das 'Indústrias Seleccionadas'.

(Valor adicionado por trabalhador)

Brasil - 1991/1998

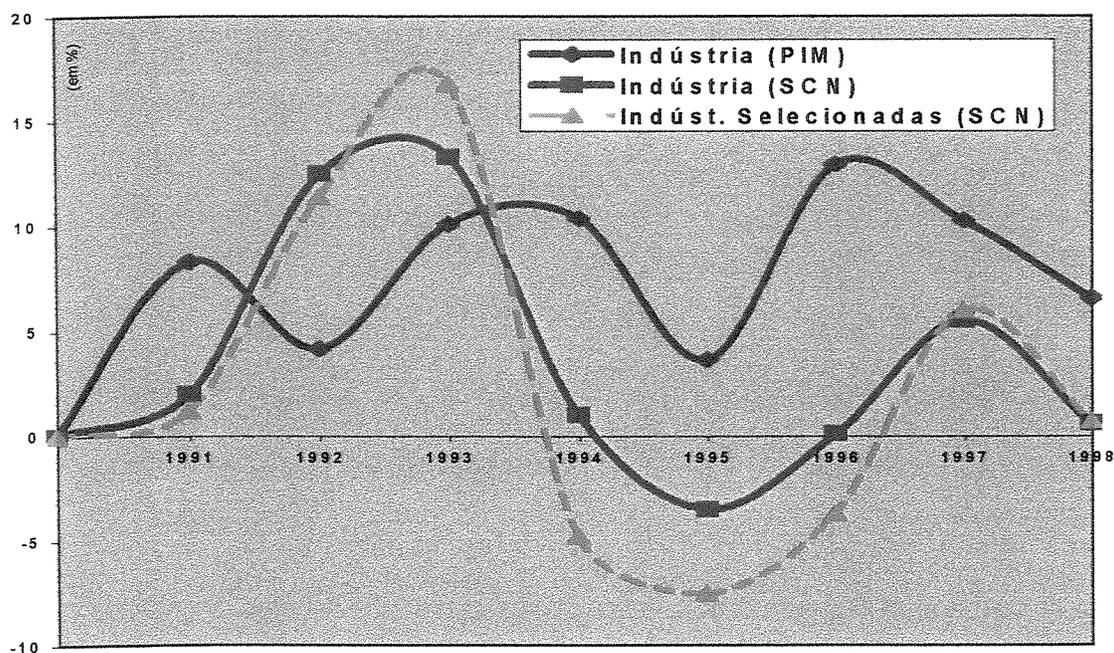
(em %)

Classes	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Média Anual
Setor Industrial Total	2,0	12,5	13,3	1,0	-3,5	0,1	5,5	0,6	4,1
Indústrias Seleccionadas*	1,2	11,4	16,8	-4,8	-7,5	-3,7	6,0	0,7	2,2

Fonte: IBGE, Departamento de Contas Nacionais.

Observando-se os dados da Tabela IX, pode-se notar que a taxa de produtividade auferida para as 'indústrias seleccionadas' apresenta um desempenho bem inferior ao verificado para o conjunto do setor industrial. Excluídos os segmentos protegidos, este setor tem sua taxa média de produtividade reduzida quase pela metade: de 4,1% para 2,2%.

Um outro aspecto importante a se ressaltar diz respeito à trajetória das taxas de produtividade desde 1990. A evolução das três curvas de produtividade apresentadas na Figura II evidencia as discrepâncias dos resultados produzidas pelos diferentes métodos.



Fonte: IBGE/ Sistema de Contas Nacionais (1999)

FIGURA II

Comparação entre as Trajetórias da Produtividade na Indústria segundo Metodologias Diferentes.

Como mostra a Figura II acima, o indicador de produtividade das indústrias selecionadas (SCN) aponta para um crescimento bastante acentuado no período que precede o Plano Real (1990-1993), causado, muito provavelmente, pelo ajuste recessivo que caracteriza o período. A partir de então verifica-se uma inflexão na trajetória de crescimento – com três anos de sucessivas reduções das taxas – seguida por uma ligeira recuperação em 1997 e uma nova queda em 1998. Como era de se esperar, a curva referente a produtividade do conjunto das indústrias medidas pelo SCN segue trajetória bastante similar à das 'indústrias selecionadas', apresentando porém oscilações menos agudas.

Já a curva referente à produtividade do setor industrial calculada a partir da PIM (produção física por pessoal ocupado) revela um comportamento diferente. Apesar de indicar quedas acentuadas nos anos de 1995 e 1998, esta curva, ao contrário das demais, indica taxas positivas da produtividade durante todo o período analisado.

Ora, a análise cuidadosa destas assimetrias fornece elementos bastante relevantes para reflexão. Primeiramente, ao que parece, existem fortes evidências - já apontadas por vários autores, conforme mencionado no *item 3.1* - de que as estatísticas da PIM-DG, dadas as suas limitações, apontam para um crescimento superestimado da produtividade nos anos noventa.

Além disso, pelo que nos revela a análise das diferentes curvas de produtividade, tal superestimação resulta, em grande medida, da incapacidade daquele indicador em captar o processo de acentuada informalização do mercado de trabalho, acelerado desde 1994 (Mattoso, 1999). Isto torna-se claro quando se observam as diferenças entre os denominadores e os numeradores das duas séries de produtividade da indústria de transformação (PIM e SCN). Como a série de valor adicionado da SCN evolui de maneira bastante similar à série da produção física da PIM, pode-se concluir que a diferença fundamental localiza-se justamente nas estatísticas de pessoal ocupado (ou seja, nos denominadores); e é esta, muito provavelmente, a principal explicação para a diferença de comportamento das duas curvas de produtividade. Em outros termos, a superestimação da

produtividade medida pela PIM resulta menos do uso dos dados da produção física, e mais da pouca qualidade dos indicadores de pessoal ocupado.

Portanto, considerando-se que os dados obtidos através do SCN são os mais fidedignos disponíveis, constata-se com bastante clareza que a partir de 1993 houve uma substancial queda na produtividade do setor industrial. Este processo revelou-se especialmente agudo nas indústrias que se encontravam mais expostas ao concorrente estrangeiro – de um modo geral indústrias de bens de consumo semi-duráveis (como a têxtil e a de calçados), e as de bens intermediários (autopeças e material eletrônico). De fato, tomando-se o período 1994/98, quando se acelera a abertura comercial, a produtividade da indústria total medida pela SCN cai para 0,62%, contra 4,1% observados no período 1990/98. No caso das 'indústrias selecionadas' a queda é ainda maior de 2,2% (1990/98) cai para -1,25% no período pós-real. Ou seja, a intensificação da liberalização a partir de 1994 foi acompanhada de redução da produtividade para o grupo de indústrias mais exposto ao concorrente externo.

Assim, vale ressaltar ainda que o desempenho positivo da produtividade industrial nos primeiros três anos desta década (Figura II) se deve, muito provavelmente, a um processo de reestruturação produtiva, de caráter defensivo, provocado pela recessão do biênio 1991/92 e que levou a uma diminuição geral do nível de emprego, em particular do emprego industrial (Tabela XIV).

Em suma, como se procurou demonstrar, com base nos dados da SCN o aumento da produtividade para o conjunto da indústria é inferior àquele auferido a partir dos dados da PIM; e a análise restrita ao que chamamos de 'indústrias selecionadas' mostra um aumento ainda menor. Além disso, a comparação das trajetórias da produtividade segundo os três diferentes índices revela que o grande impulso da produtividade nesta década ocorreu antes de 1994, tendo os indicadores baseados no valor adicionado apresentado valores negativos em 1994, 1995 e 1996.

No capítulo que segue, a partir destes resultados, faz-se algumas considerações sobre os impactos da 'modernização' produzida pela experiência liberal brasileira, ressaltando principalmente seus aspectos em termos de crescimento econômico e nível de emprego.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGRESSÃO ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A análise da produtividade geral da economia nos anos noventa no Brasil não permite concluir que com a aceleração do processo de abertura a partir de meados de 1994, quando da implantação do Plano Real, o país tenha incrementado de modo significativo sua competitividade externa. A forma subordinada da inserção brasileira nos anos noventa não foi capaz de generalizar "condutas virtuosas que produzem maior eficiência" (Franco, 1996:16). Prova disso é que a defasagem cambial, estimada em torno de 30% no início do Plano Real, não foi superada por estas "condutas virtuosas" até que se impusesse a desvalorização da moeda nacional em janeiro de 1999. Seria de se esperar que uma suposta ampliação da competitividade externa da economia via elevação da produtividade tivesse sido capaz de reverter os sucessivos déficits na balança comercial.

Como mostram os dados da Tabela XII, a balança comercial, que vinha acumulando superávits desde 1981, passa a apresentar saldos negativos a partir da ampliação das políticas de liberalização que acompanharam o plano de estabilização. A combinação de CÂMBIO sobrevalorizado com redução linear de barreiras tarifárias e não-tarifárias ocorrida em meados de 1994 produziu, já em 1995, um déficit superior a US\$ 3 bilhões. Desde então, a persistência de

desequilíbrios na balança de comércio, associados à saída líquida de divisas pela conta de serviços, tem ampliado a dependência da economia brasileira em relação a fluxos positivos na conta capital (conforme discutido no item 2.3).

TABELA XII
Evolução da Balança Comercial
Brasil - 1980/99

(em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1980	20.133	22.954	-2.821
1981	23.292	22.092	1.200
1982	20.176	19.395	781
1983	21.899	15.429	6.469
1984	27.006	13.916	13.088
1985	25.642	13.154	12.487
1986	22.349	14.045	8.305
1987	26.224	15.053	11.171
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.862	20.554	15.308
1993	38.597	25.659	12.938
1994	43.545	33.105	10.440
1995	46.506	49.664	-3.158
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.990	61.347	-8.357
1998*	51.120	57.594	-6.484
1999*	48.011	49.209	-1.198

Fonte: BACEN (2000) e Conjuntura Econômica (2000)

(*) Dados preliminares

Em face destas restrições nas contas externas, que em última instância subordinam os instrumentos de política monetária e fiscal à arbitragem dos mercados financeiros internacionais, o desempenho da produção brasileira na década passada foi bastante fraco, ficando muito aquém dos níveis apontados

como necessários à ampla geração de empregos e à superação do atraso econômico⁵⁴. Entre 1990 e 1999 o PIB cresceu à taxa média de apenas 2,2% ao ano, sendo que em pelo menos três anos verifica-se crescimento negativo da produção⁵⁵.

TABELA XIII
Variação do PIB por Setor de Atividade
Brasil - 1990/1999

(em %)

Ano	PIB Total	Indústria	Serviços	Agricultura
1990	-4,33	-8,73	-1,15	-2,76
1991	1,03	0,26	0,34	1,37
1992	-0,54	-4,21	0,30	4,89
1993	4,92	7,01	1,76	-0,07
1994	5,85	6,73	1,80	5,45
1995	4,22	1,91	1,29	4,08
1996	2,66	3,28	2,27	3,11
1997	3,60	5,76	2,58	-0,17
1998	-0,12	-1,34	0,84	-0,01
1999*	0,82	-1,66	1,07	8,99
1990-1999	24,6	18,5	12,9	30,8
Média Anual	2,2	1,7	1,2	2,7

Fonte: IBGE; Conjuntura Econômica (2000).

(*) Dado preliminar 'a preços básicos'.

Analisando setorialmente o período, destaca-se o fraco desempenho da produção industrial e do setor de serviços, como mostra a tabela XIII. Em uma década, a indústria cresceu apenas 18,5% e os serviços 12,9%. (ou 1,7% e 1,2% em termos de média anual, respectivamente). Considerando-se que estes dois setores em

⁵⁴ Estima-se algo como uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 6% a 7% ao ano.

⁵⁵ Visto que a taxa referente ao ano de 1999 deve ser reduzida com a divulgação do PIB a

conjunto respondiam em 1998 por 77, 2% do pessoal ocupado, é razoável supor que a escassez de empregos nos anos noventa esteja largamente associada ao medíocre crescimento dos setores não-agrícolas.

É na esfera social, entretanto, mais que na econômica, que os custos destes anos de liberalismo econômico se explicitam de maneira mais dramática. Marcado por elevada flexibilidade das relações trabalhistas, o mercado de trabalho brasileiro foi severamente afetado pelas políticas conservadoras do *staff* liberal.

TABELA XIV
Evolução das Taxas de Desemprego
Brasil - 1990/1999

Anos	Desemprego na Grande São Paulo (DIEESE)		Desemprego Aberto (principais regiões metropolitanas) (IBGE)			
	Aberto	Total	Total	Indústria	Serviços	Comércio
1990	7,2	10,0	4,3	5,4	3,2	4,5
1991	7,9	11,6	4,8	6,4	3,5	5,3
1992	9,1	14,9	5,8	7,5	4,2	6,2
1993	8,7	14,7	5,3	6,5	3,9	5,6
1994	8,9	14,3	5,1	6,2	3,8	5,4
1995	9,0	13,2	4,6	5,8	3,6	5,0
1996	9,9	14,9	5,4	6,9	4,4	6,1
1997	10,2	15,7	5,7	6,9	4,5	6,3
1998	11,7	18,2	7,6	9,0	6,0	8,0
1999 ¹	12,3	19,5	7,7	8,5	6,2	8,2
Varição ²	71%	95%	79%	57%	94%	82%

Fonte: PME-IBGE e PED-SEADE/DIEESE

(1) Média dos 10 primeiros meses do ano.

(2) 1999/1990

'preços de mercado'.

Nestes últimos dez anos, as taxas de desemprego aberto medidas pelo IBGE seguiram uma trajetória ascendente bastante acentuada que culminou com uma taxa de desemprego de 7,7% para o conjunto da economia no ano de 1999 (Tabela XIV). Comparado-a com a taxa de desemprego referente ao ano de 1990 (ano de crise) nota-se que ocorreu uma variação positiva de 79% no período. Ainda de acordo com o indicador do IBGE, este crescimento acelerado do desemprego ocorreu nos três setores da economia apresentados, atingindo a maior taxa no setor industrial (8,5%) e a menor no setor de serviços (6,2%). Em termos de variação, contudo, o desemprego nos serviços foi o que mais cresceu, com variação de 94% no período, para variação correspondente de 57% no setor industrial.

Quando medidas pelo indicador do DIEESE as taxas de desemprego mostram uma trajetória similar à do indicador do IBGE, apontando para um crescimento do desemprego aberto de aproximadamente 71% no período e do desemprego total de 95%. Conseqüentemente, em 1999, segundo a pesquisa do DIEESE, o desemprego aberto foi de 12,3% e o total de 19,5%. Ou seja, para quatro trabalhadores empregados, na Grande São Paulo, existia um procurando trabalho.

Assim, embora a comparação entre a magnitude das taxas de desemprego segundo os diferentes indicadores seja prejudicada pelo fato de estes estarem captando dimensões distintas do fenômeno do desemprego, é preciso ressaltar que a similitude da evolução dos indicadores fortalece o diagnóstico de que na década de noventa ocorreu um alargamento brutal da massa de desempregados

nas regiões metropolitanas. Os níveis de desemprego verificados na economia brasileira são hoje os maiores desde o início da industrialização.

Por outro lado, é preciso ressaltar que em uma sociedade como a brasileira, com um mercado de trabalho heterogêneo e com precárias medidas de proteção ao desempregado, tão ou mais graves que o desemprego são os processos de desassalariamento (redução do assalariamento ou ampliação da informalidade/precarização) e de queima de postos de trabalho formais, que ocorreram nos anos noventa.

Como demonstram os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (Mattoso, 1999: 18) entre os anos de 1989 a 1999 o emprego formal sofreu acentuada queda em quase todos os setores de atividade econômica, notadamente na indústria de transformação (-27,1%), e nos sub-setores como de material elétrico e de comunicações (-49,8%), de material de transportes (-61,5%) e na indústria mecânica (-46,8%).

No que se refere ao aumento das desigualdades de renda no Brasil, cabe notar que, apesar de os ganhos proporcionados pelo fim do imposto inflacionário terem ampliado o poder de compra dos mais pobres, este efeito se extinguiu com o tempo e, ao final dos anos noventa, a renda familiar *per capita* média das famílias abaixo da linha de pobreza era mais baixa que a do início da década (Lessa *et alii*, 1997: 80).

Para os adeptos do paradigma liberal, entretanto, os impactos negativos das políticas econômicas dos anos noventa devem ser vistos apenas como transitórios e, quando muito, heranças do regime desenvolvimentista. O singular aumento do desemprego no período é visto apenas como o que chamam de 'custo-emprego', que resultaria do processo de abertura econômica e estaria expressando um esperado "comportamento nos moldes de uma 'curva J' ", com a situação piorando antes de melhorar (Moreira e Najberg, 1999: 474).

Admite-se, no curto prazo, que o efeito [da abertura sobre o nível de emprego] pode ser negativo, em função da existência de um hiato temporal entre a contração dos setores pouco competitivos (intensivos em capital) e a expansão dos setores mais competitivos (intensivos em trabalho). (Moreira e Najberg, 1999: 490)

Nesta perspectiva, as origens dos custos do processo de 'especialização' da economia brasileira deveriam ser buscados não nas políticas liberais em si, mas na herança do modelo substitutivo de importações:

A proteção elevada promoveu escalas insuficientes, produtos e processos obsoletos, baixa produtividade e um grau muito limitado de integração ao comércio internacional, com base em generosos subsídios às exportações.(...) As causas desta deficiência devem ser buscadas nas décadas de proteção incondicional. A abertura teve o mérito de mostrar que o único caminho de sobrevivência possível é o da redução de custos, da especialização, dos ganhos de escala, da modernização dos produtos e da ida ao mercado externo em busca de novos mercados e insumos. (Moreira 1999a: 370-371)

Esquece porém este autor que a relativa melhora dos indicadores de produtividade industrial em que subsidia sua análise se deve, sobretudo, ao fato de que esta foi especialmente baixa nos anos oitenta em função da crise internacional que marcou aquele período e que resultaram, internamente, na 'crise da dívida' e no processo de hiperinflação.

A comparação das taxas médias de produtividade industrial nos anos noventa (4,1%) com a da taxa média do período que vai de 1949 a 1990⁵⁶ (Tabela VIII), não permite inferir que se esteja implantando no país uma nova estrutura produtiva, radicalmente distinta da anterior. Ao contrário, o risco é que estejamos antes desestruturando nosso complexo produtivo, eliminando os setores mais dinâmicos e com eles nossa capacidade autônoma de crescimento.

O mesmo autor (Moreira, 1999a:328), de forma tímida, reconhece:

É verdade que o segmento de bens de capital, considerado uma categoria-chave na geração e difusão do progresso técnico, continuou perdendo terreno para as importações. (...) É verdade também que como consequência deste processo de especialização, houve uma queda na relação entre o valor adicionado e o valor da produção da indústria, em particular nos setores intensivos em tecnologia.

Ao tentar buscar uma justificativa para este quadro, entretanto, exime o atual processo de liberalização:

A magnitude da queda, no entanto, não sugere um processo de *hollow-out* à mexicana, mas sim um ajuste necessário em relação aos excessos cometidos pelo regime anterior (Moreira, *idem*).

Chamar a regressão econômica dos 90 de 'especialização' é fechar os olhos para a destruição deliberada de uma das experiências de industrialização mais bem sucedidas do século XX. Considerar a degradação social que se aprofunda com o

⁵⁶ Note-se que esta inclui as baixas taxas referentes aos anos oitenta.

crescimento do desemprego como 'custo-emprego' pode ser cabível dentro dos limites de uma determinada teoria; mas inadmissível como componente de um modelo real de desenvolvimento de uma nação. Diante deste modelo, até mesmo a malograda 'teoria do bolo', que pretendia primeiro crescer para depois distribuir, parece menos injusta. Hoje se propõe concentrar para depois crescer.

CONCLUSÕES

A profunda crise que atinge o mundo do trabalho neste final de século, com todas as suas gravíssimas implicações econômicas e sociais, não deve ser vista simplesmente como uma decorrência natural das transformações tecnológicas desta 'Terceira Revolução Industrial'. Mesmo nos países desenvolvidos, promotores do progresso técnico, o aumento do desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho parecem ter como principais causas o baixo dinamismo econômico e a desregulação do mercado de trabalho. O crescimento econômico medíocre explicita-se como uma deficiência do padrão de acumulação próprio da globalização financeira. A desregulação do mercado de trabalho aparece como a receita para supostamente compensar o baixo crescimento resultante da globalização financeira.

Associado a um conjunto de inovações financeiras que se desenvolvem desde meados dos anos setenta, este padrão sustenta-se em última instância na ação dos Estados nacionais que, submetidos a sérios constrangimentos orçamentários e motivados por forças políticas conservadoras, têm se colocado a serviço do mundo das finanças. O financiamento do setor público se dá fundamentalmente

por meio de sucessivos leilões de títulos públicos, transformando esta modalidade de aplicação na principal forma de valorização capitalista do mundo globalizado - sendo o giro dos títulos públicos em geral, e os dos países devedores em particular, o que assegura liquidez e rentabilidade às aplicações financeiras. Ao contrário do Estado distributivista dos 'anos dourados', o Estado atual não só transfere recursos tributários para o pagamento de juros (e portanto atua concentrando a renda em favor dos credores, i.e., dos poupadores líquidos dos países centrais), como acaba alimentando um espaço de valorização fictícia do capital que inibe a valorização produtiva, provoca desemprego, reduz salários e termina concentrando ainda mais a renda.

Neste contexto, o fato de se estar implantando com tamanha intensidade um grande conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais revela, antes de mais nada, que o investimento produtivo capitalista, orientado pelos parâmetros da valorização financeira, exige cada vez mais em menos tempo. E, se assim o faz, é porque, no campo da política, tornou-se legítimo o desmonte das instituições que antes confinavam a reprodução capitalista a espaços socialmente controlados, fosse por sindicatos ou pelo próprio Estado.

A globalização financeira e a mobilidade de bens e capitais tem induzido os países da periferia que, como o Brasil, se integraram subordinadamente à economia global, a adotarem aberturas financeira e comercial indiscriminadas. No entanto, antes de promover a 'convergência' das economias, este processo de globalização caracteriza-se por sua acentuada hierarquia, tendo em seu topo os EUA e sua

hegemonia militar e financeira. Constrangidos por crescentes desequilíbrios em seus balanços de pagamento, os países periféricos lançam mão de elevadas taxas de juros como forma de atrair capitais, o que ao mesmo tempo em que realimenta as esferas financeiras de valorização capitalista, restringe sobremaneira as possibilidades de desenvolvimento sustentado de suas economias.

No caso do Brasil, o modelo de inserção internacional, escolhido como via de acesso ao primeiro mundo, impõe uma série de restrições ao crescimento do emprego. Sob um regime marcado por brutal expansão das importações, taxas de juros das mais altas do planeta, câmbio sobrevalorizado (entre o período que vai de julho de 1993 a janeiro de 1999), rigidez orçamentária com geração de superávits primários, entre outros, o mercado de trabalho apresentou elevadas taxas de desemprego e um processo de desassalariamento e de precarização das condições e relações de trabalho.

No entanto, como procuramos demonstrar, por meio da análise comparativa dos diferentes indicadores de produtividade, não existem, a princípio, elementos que justifiquem uma associação direta entre modernização produtiva e o processo de deterioração do mercado de trabalho que se verifica nos últimos anos. Calculada como relação entre valor adicionado e pessoal ocupado, a produtividade do trabalho para o conjunto da economia cresceu a uma taxa média anual de apenas 1,5% nos anos noventa, enquanto a produtividade da indústria (4,1%) manteve-se abaixo de sua média histórica de 4,4%.

Por outro lado, observando-se apenas o período 1994-98 (quando o processo de abertura se intensifica) pudemos concluir que tanto para o conjunto da indústria, quanto mais para as indústrias mais expostas à concorrência externa ('indústrias selecionadas'), a liberalização - associada à sobrevalorização cambial e a rígidas políticas monetária e fiscal - contribuiu sensivelmente para a redução das taxas de produtividade.

Assim, a aposta de que superaríamos nosso atraso através de uma modernização forçada pelas aberturas comercial e financeira indiscriminadas e pela ampliação da concorrência não só mostrou-se equivocada, como levou à deterioração das condições de competitividade de muitos setores da economia. Passados quase dez anos de liberalização econômica, observamos uma trajetória medíocre de crescimento do PIB brasileiro, associada a uma crescente dependência externa. Segundo dados oficiais do Banco Central (BACEN, 2000), em 1999 gastamos com importações US\$ 49,2 bilhões (Tabela XII), e o gasto público com o pagamento de juros correspondeu a mais de 10% de tudo que é produzido no país.

Nesse sentido, o Brasil é um caso emblemático de aceitação do receituário da globalização financeira destinado à periferia e sintetizado no 'Consenso de Washington'. Apesar da adesão tardia, promoveu intensa e rapidamente a liberalização de sua economia. Em dez anos, assistiu-se a inédita desestruturação e desnacionalização da produção, o que favoreceu em última instância a deterioração do mercado de trabalho e o agravamento das desigualdades sociais. A estagnação da década anterior deu lugar, nos anos noventa, à regressão

econômica e social que, sobreposta a uma sociedade já profundamente cindida e desigual, põe em risco a própria nação e a democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- APPELBAUM E. e SCHESTTKAT, R. (1994). "El Empleo y la Productividad en las Economías Industriales". *Revista Internacional del Trabajo*. Genebra: OIT, vol.114, num. 4-5., 677-696.
- BACEN (2000). "Boletim do Banco Central". Brasília: Banco Central do Brasil, janeiro, <<http://www.bcb.gov.br>>
- BACHA, E. L. (1997). "O Plano Real: uma avaliação". In: MERCADANTE, A. *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 11-69.
- BAKER, D. e SCHMITT, J. (1999). *The macroeconomics roots of high european unemployment: the impact os foreign growth*. Washington, D.C: Economic Policy Institute, <<http://www.epi.org>>.
- BALTAR, P. E. A. e HENRIQUE, W. (1994). "Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil". In: Oliveira, C. A. B. *et alii*. *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, p. 605-618.
- BALTAR, P. E. A. (1996). "Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 6, junho, p.75-111.
- _____, DEDECCA, C. S. e HENRIQUE, W. (1996). "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil". In: Oliveira C. A. B. e Mattoso J. E. L. (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, p. 87-108.
- BARROS, J. R. M. e GOLDENSTEIN, L. (1997). "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro". *Revista de economia política*. São Paulo: Centro de Economia Política, vol. 17, n. 2, abril-junho, p. 11-31.
- BARROS, R. P., CRUZ, L. E., FOGUEL, M. e MENDONÇA, R. (1996). *O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.
- BELLUZZO, L. G. (1996). "Prefácio". In Oliveira C. A. B. e Mattoso J. E. L. (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, p. 9-19.

- _____ (1997) "Dinheiro e transfiguração da riqueza". In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro; uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, p.151-193.
- _____ (1999). "Finança global e ciclos de expansão". In FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, p 87-117.
- _____, COUTINHO, L. (1996). "Desenvolvimento e inserção externa nos anos noventa: uma crítica à visão de Gustavo Franco". São Paulo: IEDI.
- BIONDI, A. (1999). *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BLECKER, R. A. (1999) *The ticking debt bomb: why the U.S. international financial position is not sustainable*. "Briefing Paper", Washington D.C.: Economic Policy Institute, <<http://www.epi.org>>.
- BOLTHO, A. e GLYN, A. (1995). "Hay alguna política macroeconômica capaz de crear empleos?". *Revista Internacional del Trabajo*. Ginebra, OIT, vol. 114, n. 4-5, p. 507-528.
- BONELLI, R. (1996). "Produtividade industrial nos anos 90: controvérsias e quase-fatos". Rio de Janeiro, IPEA, (mimeo).
- BOWLES, S. e GINTIS, H. (1995). "Políticas igualitárias que incrementam a produtividade." *Revista Internacional del Trabajo*, OIT, vol. 114, n. 4-5., p. 605-655.
- BRAGA, J. C. S. (1993). "A financeirização da riqueza". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 2, agosto, p.25-57.
- _____, J. C. S. (1997). "Financeirização global - o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo contemporâneo". In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro; uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 195-242.
- CACCIAMALI, M. C. e BEZERRA, L.L. (1997). "Produtividade e emprego industrial no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 51, janeiro-março, p. 77-91.
- CANUTO, O. (1994). "Abertura Comercial, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico na América Latina". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 3, p. 43-64.

CARNEIRO, R. (1999). "A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas". *Texto para discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 90, outubro.

CARVALHO, R. Q. e BERNARDES, R. (1996) "Reestruturação industrial, produtividade e desemprego". *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, vol. 10, n. 1, janeiro-março, p. 53-62.

CHESNAIS, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

_____ (1999a). "Introdução geral". In: Chesnais, F. (coord.). *A mundialização financeira, gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p. 11-33.

_____ (1999b). "Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica". In: Chesnais, F. (coord.). *A mundialização financeira, gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p. 249-294.

CONJUNTURA ECONÔMICA (2000). *Conjuntura Econômica*. São Paulo: IBRE, vol. 54, n.1, janeiro.

CONSIDERA, C. e VALADÃO, F. R. (1995). "Produtividade e emprego: questões econômicas e estatísticas". *Boletim Conjuntural*. Rio de Janeiro: IPEA, n.º 31, outubro.

CONTAS NACIONAIS (1999). "Sistema de contas nacionais". Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>>.

COUTINHO, L. (1992). "A terceira revolução industrial". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n.1, agosto, p.69-88.

_____, BELLUZZO, L. G. M. (1996). "Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dezembro, p. 129-154.

CRUZ, P. D. (1984). *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense.

DEDECCA, C. S. (1996). "Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado". In: Mattoso J. L. e Oliveira C. A. B de, (orgs.) - *Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, p. 55-85.

- DELFIN NETTO, A. (1997), "O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico". In: MERCADANTE, A. *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 89-100.
- ERBER, F. S. e CASSIOLATO, J. E. (1997). "Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE". *Revista de economia política*. São Paulo: Centro de Economia Política, vol. 17, n. 2, abril-junho, p. 32-60.
- FEIJÓ, C. A. e CARVALHO, P., G. M. (1994). "Sete teses equivocadas sobre o aumento da produtividade nos anos recentes". *Boletim de Conjuntura*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, julho.
- FIESP (1999). "Produtividade da indústria nos anos 90". *Nota técnica n. 1*. São Paulo: DECOMPI, outubro, <<http://www.fiesp.org.br>>
- FIORI, J. L. (1996). "Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro". In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 127-193.
- _____ (1999). "Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações". In FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, p 11-46.
- FRANCO, G. H. B. (1996). "A Inserção Externa e o Desenvolvimento". Brasília: mimeo.
- _____ (1999). "Gustavo H. B. Franco". In MANTEGA, G. e REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, p. 383-405.
- FURTADO, C. (1963) *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____ (1974a). "Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas". *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 15-76.
- _____ (1974b). "Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais". *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 77-94.
- GADREY, J. (1996). *Services: la productivité en question*. Paris: Desclée de Brouwer.

GUTTMANN, R. (1996). "A transformação do capital financeiro". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dezembro, p. 51-83.

IBGE (1999). "Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais". Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>>.

_____ (1999). "Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física". Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>>.

_____ (1999). "Pesquisa Mensal de Emprego". Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>>.

HADDAD, F. (1998). "Cinquenta anos em cinco". *Praga - estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n. 6, setembro, p. 63-66.

HENRIQUE, W. (1998). "Questão social e políticas sociais no Brasil". In OLIVEIRA, M. A. (org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 79-93.

KREGEL, J. A. (1996). "Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dezembro, p. 29-49.

LABINI, P. S. (1993) - *Nuevas tecnologías y desempleo*. México, Fondo de Cultura Económica,.

LAPLANE, M. e SARTI, F. (1999). "Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90". *Texto para discussão 629*. Brasília: IPEA, fevereiro.

LESSA *et alii* (1997). "Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90". *Praga - estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n.3, setembro, p. 63-87.

LUCAS, R. E. (1988). "On the mechanics of economic development". *Journal of monetary economics*, n. 22

MARX, K. (1985). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.

MATTOSO, J. E. L., (1994) "O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados". In: Oliveira, C. A. B. *et alii*, *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, p. 521-562.

- _____ (1995). *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta.
- _____ (1996) - "Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios". In Mattoso J. L. e Oliveira C. A. B de, (orgs.) - *Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, p. 27-54.
- _____ (1999) - *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____, BALTAR, P. E. A. (1997). "Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente". In: *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, p.293-314.
- MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. A. (1998). "A que ponto chegamos". *Praga - estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n. 6, setembro, p. 9-14.
- MOREIRA, M. M., (1999a). "Indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?". In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. (orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 293-332.
- _____ (1999b). "Estrangeiros numa Economia Aberta: Impactos recentes sobre a Produtividade, a Concentração e o Comércio Exterior". In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. (orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 333-375.
- _____, CORREA, P. G. (1997). "Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo". *Revista de economia política*. São Paulo: Centro de Economia Política, vol. 17, n. 2, abril-junho, p. 61-91.
- _____, NAJBERG (1999). "Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997". In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. (orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 469-496.
- NIKONOFF, J. (2000). "Des Fonds de Pensions sous Habillage Tricolore". *Le Monde Diplomatique*, n. 551, ano 47, fevereiro, p. 20.
- OCDE (1996). *Technologies, productivity and job creation*.
- OIT (1999). *Key indicators of the labour market*. Genebra.

- OLIVEIRA, C. A. B. (1998a). "Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra". In OLIVEIRA, M. A. (org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 3-18.
- _____ (1998b). "Formação do mercado de trabalho no Brasil". In OLIVEIRA, M. A. (org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 113-126.
- OREIRO, J. L. (1999). "Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças nas taxas de crescimento da renda per capita". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 12, junho, p. 41-67.
- PACHECO, C. A. (1996). *Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras*. Campinas, dezembro, (mimeo).
- PADOLINO, S. e VIVARELLI, M. (1997). "L'intensité d'emploi de la croissance économique dans le pays du G7". *Revue Internationale du Travail*. Genebra, vol. 136, n. 2.
- PAULANI, L. M. (1998). "A dança dos capitais". *Praga - estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n. 6, setembro, p. 45-55.
- PETIT, P. (1995). "Technology and employment: key questions in a context of high unemployment". *Review STI*. OCDE, n. 15, setembro.
- PLIHON, D. (1996). "Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dezembro, p. 85-127.
- POCHMANN, M. (1995). *Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança*. São Paulo, LTr..
- RESENDE, A. L. (1996). "Duas Leituras". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17/setembro, p. 1/2
- RICARDO, D. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural.
- ROBIN, J. (1994). *Quand le travail quitte la société industrielle*. Paris: Edition Grit.
- ROMER, P. (1990). "Endogenous technological change". *Journal of Political Economy*, parte 2, p. s71- s102.

- SALM et alii (1997). "Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidências empíricas". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, agosto, p. 337-396.
- SEADE (1995). "Produtividade e ajuste na indústria paulista: 1986-94". *Análise e Ensaios*. São Paulo.
- SERFATI, C. (1999). "O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia". In: Chesnais, F. (coord.). *A mundialização financeira, gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 141-181.
- SERRA, J. (1998). "Anibal Pinto e o desenvolvimento latino-americano". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 10, junho, p. 1-18.
- SILVA, A. L. G. e LAPLANE, M. F. (1994). "Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 3, dezembro, p. 81-97.
- SOLOW, R. (1987). "We'd better watch out". *New York Times Book Review*. Nova Iorque, 12 de julho.
- SUZIGAN, W. (1992). "A política industrial brasileira após uma década de estagnação". *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 1, agosto, p. 89-110.
- TAVARES, M. C. (1979). "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil". *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 27-124.
- _____ (1996). "Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora". In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 21-73.
- _____ (1997). "A retomada da hegemonia norte-americana". In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro; uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 27-53.
- _____ (1997). "A economia política do real". In: MERCADANTE, A. *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: IE/UNICAMP, p. 101-167.
- _____, ASSIS, J. C. (1986). *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____, MELIN, L. E. (1997). "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana". In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro; uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 55-86.

UNCTAD (1999) - *Trade and Development Report*. Nova Iorque e Genebra: Organização das Nações Unidas.

WILLIAMSON, J. (1990). "What Washington means by policy reform". In: *Latin American adjustment: how much has happened?*. Washington, D.C.: Institute For International Economics, p. 7-20.

WOODALL, P. (1996) "Profits of doom". *Survey of the world economic*. The Economist. Vol. 340, 28/09, p.737.